

GROENLÂNDIA EM DAVOS, TRUMP NEGA
O USO DA FORÇA PARA TOMAR A ILHA
E SUSPENDE, POR ORA, O NOVO TARIFAÇO,
MAS A EUROPA CONTINUA DESCONFIADA

SOBERANIA A INSTABILIDADE GLOBAL
EXIGE DO BRASIL MAIS INVESTIMENTOS
EM DEFESA, ADVOGAM JOSÉ MAURÍCIO
BUSTANI E PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

CartaCapital

cartacapital.com.br

ANO XXXI Nº 1397
R\$ 31,90
28 DE JANEIRO DE 2026



basset
editora

O BANQUEIRO E O PODER

O JOGO BRUTO EM BRASÍLIA E NA FARIA LIMA PARA
CAPTURAR A INVESTIGAÇÃO SOBRE A QUEBRA DO MASTER

DEIXAMOS NOSSA MARCA NA LUTA CONTRA A FOME. AGORA NOSSA LUTA GANHA UMA NOVA MARCA.

A fome não espera.

E a Ação da Cidadania também não.

Há 30 anos, somos um movimento que segue crescendo.

Agora, lançamos uma nova marca para mostrar essa evolução: a de uma ONG que nasceu com o prato vazio em denúncia à fome e hoje se tornou um amplo movimento ativista e transformador. A essência é a mesma, mas renovada para inspirar novas gerações e representar nossa luta por **um Brasil mais igual.**

PRA MUDAR O MUNDO TEM QUE TER AÇÃO



ines249

ACAODACIDADANIA

Faça parte desse movimento.
Conheça os nossos projetos:
acaodacidadania.org.br

Por ora, uma piada de mau gosto. Pág. 40



6 A SEMANA

Seu País

18 SAÚDE Mais de 30% dos cursos de Medicina são reprovados em exame e podem sofrer sanções

21 RENATO MEIRELLES

22 HIV A PrEP injetável levará tempo para ser incorporada ao SUS, mas o País coleciona avanços no combate à Aids

24 ORÇAMENTO A farra das emendas sacrifica projetos prioritários do governo

26 ARQUEOLOGIA Mapa do século XVII orienta buscas por quilombos de Palmares

28 ENTREVISTA Disputa pelo Senado será crucial neste ano, alerta Áurea Carolina

30 LITORAL Pernambuco retoma projeto para monitorar tubarões

32 EVANGÉLICOS Como a curadoria religiosa e os algoritmos favorecem o bolsonarismo entre fiéis

Economia

34 DEFESA A aquisição de armas para desencorajar ataques externos derrapa na austeridade fiscal

37 ADALBERTO VIVIANI

38 ANÁLISE Se o Brasil deseja a paz, precisa agir logo, com firmeza e destemor

Nosso Mundo

40 GROENLÂNDIA Trump arrisca implodir a Otan e romper laços com a Europa

43 CLAUDIO COUTO

44 IRÃ Os manifestantes entre a repressão brutal e os oportunistas externos

45 JAMIL CHADE

46 EUA O embate em Minnesota definirá os limites do trumpismo



Plural

48 PARABÓLICA MUSICAL

APÓS CINCO ANOS DE UMA TURNÊ CONJUNTA, OS PERNAMBUCANOS ALMÉRIO E MARTINS ALCANÇAM PROTAGONISMO NA CENA NACIONAL

51 SAÚDE Por Elnara Negri **52 IDEIAS** Michel Foucault, 100 anos **55 AFONSIÑO** **56 OSCAR** O Agente Secreto é indicado para quatro categorias **57 LIVRO** Viver pelos direitos dos indígenas **58 CHARGE** Por Venes Caitano

Capa: Pilar Velloso e Redes Sociais

8

O BANQUEIRO E O PODER
O JOGO BRUTO EM BRASÍLIA E NA FARIA LIMA PARA CAPTURAR A INVESTIGAÇÃO SOBRE A QUEBRA DO BANCO MASTER

basset

editoria

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar.
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva

NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Mello

ANALISTA DE PROJETOS: Gabriela Gomes de Oliveira

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdCase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva Ortega e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

BSB/RJ: Hera Midia - landra Siqueira, (61) 98322-9994/ (19) 99818-8958,

landrasiqueira@heramidia.com.br

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 - Carlos Chetto,

(71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (65) 3224-2267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S

Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010

www.actual.sc, Telefone (11) 3871-0506

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



O FIGURINO FINAL

Nas eleições deste ano, o presidente Lula e o PT devem ficar atentos e fortes, porque virá chumbo grosso de todos os lados.

Nívia Oliveira de Almeida

Adorei a capa da última edição de CartaCapital. Contar a verdade sobre o governo Lula e sua história de luta é um compromisso de trabalho sério de imprensa. Parabéns!

Maria Inês Dias Mendes

Lula será reeleito porque coloca o pobre no orçamento. Desde o primeiro dia de seu mandato, trabalha para a melhora do Brasil, ao contrário da maioria dos congressistas, que atua para a continuação do golpe de Estado.

Cida Gotlib

PODER ABSOLUTO

Trump age como um monarca absolutista. Sem limites, pudores ou reflexão, pretende dominar não somente a América Latina, mas todo o mundo. O pior é que seus passos parecem bem calculados. Começou pela Venezuela, mas faz ameaças à Colômbia, ao México, à Groenlândia, todos com grandes reservas de recursos estratégicos. O antídoto a Trump seria que cada país, para ver resguardada a sua soberania, tivesse uma bomba atômica, o que seria uma temeridade. Se as instituições internacionais não reagirem às ameaças de Trump, inclusive o Congresso e o Judiciário esta-

dunidenses, teremos um novo führer do século XXI, sem qualquer intenção de sair do poder.

Paulo Sérgio Cordeiro Santos

AYAHUASCA NO MARKETPLACE

A ayahuasca é para todos, mas nem todos são para ela. Isso deveria ser um mantra. O capitalismo desenfreado quer atropelar uma medicina milenar em favor do lucro. Isso pode resultar em uma proibição sumária para todos, inclusive aqueles que se utilizam do yagê - bebida sagrada e enteógena da Amazônia - de forma correta e curativa.

Donny Correia

BOTS MISÓGINOS

Não dá para aceitar esse estado de coisas dentro de uma democracia. Infelizmente, grande parte da população foi forjada em uma educação machista, homofóbica, racista e intolerante. Essa necropolítica da branquitude misógina tem de acabar, seja pela educação, seja pela aplicação rigorosa da lei.

José Carlos Gama

ZICA SIDERAL

A FAB informa, por meio do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), que está em andamento a investigação da ocorrência envolvendo o foguete HANBIT-Nano, operado pela empresa Innospace, em 22 de dezembro de 2025, no Centro de Lançamento de Alcântara. As apurações têm como único objetivo contribuir para a prevenção de acidentes, disseminando lições aprendidas por meio dos Relatórios Finais de investigação e, quando aplicável, por meio das Recomendações de Segurança. As atividades não têm o propósito de atribuir culpa ou responsabilidade civil ou criminal por um acidente, mas sim de identificar os possíveis fatores contribuintes relacionados à ocorrência, com o objetivo de preservar vidas e fortalecer a segurança do transporte aéreo e espacial.

Assessoria de Comunicação da Força Aérea Brasileira

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
• Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Morre Jungmann

O ex-ministro Raul Jungmann morreu no domingo 18, em Brasília, aos 73 anos, em decorrência de complicações de um câncer no pâncreas. Nascido no Recife, ele participou por mais de cinco décadas da vida pública brasileira. Na juventude, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro para resistir à ditadura. Após o ocaso do regime, migrou para as fileiras da direita e conseguiu conquistar a confiança de amplos setores das Forças Armadas. Além de exercer mandatos de vereador e deputado federal, chefiou quatro ministérios nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer: Política Fundiária, Desenvolvimento Agrário, Defesa e Segurança Pública. Desde 2022 presidia o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Caso Rubens Paiva/ Véu da impunidade

AGU arquiva pedido do Exército para manter em sigilo as fichas de militares envolvidos no crime

A Câmara de Mediação e Conciliação da Advocacia-Geral da União decidiu arquivar o pedido do Exército para manter em sigilo informações sobre militares envolvidos na morte do ex-deputado Rubens Paiva, sequestrado e assassinado pela ditadura em janeiro de 1971. A solicitação, feita por meio da Lei de Acesso à Informação pela plataforma Fiquem Sabendo, buscava acesso às chamadas “folhas de alterações” dos agentes – registros que detalham promoções, punições e outros dados funcionais. Até agora, a Força havia liberado apenas os resumos dessas fichas. Em julho de 2025, a Controladoria-Geral da União reconheceu o interesse público e determinou a divulgação integral, mas o Exército resistiu, alegando proteção de dados pessoais.



O ex-deputado foi assassinado por agentes da ditadura em 1971

Com o arquivamento da mediação na AGU, o caso seguirá para deliberação do consultor-geral da União, Augusto Dantas, que poderá tomar nova decisão ou encaminhar a questão à Consultoria Nacional da União de Uniformização (Conuni), responsável por resolver divergências jurídicas. Mesmo com informações parciais, a Fiquem Sabendo revelou fatos relevantes sobre a impunidade dos agentes da repressão: cinco militares foram promovidos após o crime, três receberam elogios formais e todos foram transferidos para a reserva remunerada, com direito a aposentadoria e pensão.



As icônicas cabines em formato de ovo vão deixar saudades no País

Telefonia/ ENGOLIU A FICHA

SÍMBOLO NACIONAL, OS ORELHÕES SERÃO EXTINTOS ATÉ O FIM DE 2028

Criados por uma arquiteta chinesa radicada no Brasil e rapidamente reconhecidos como um patrimônio nacional, os orelhões estão prestes a se aposentar. Os últimos 30 mil telefones públicos devem ser desativados até o fim de 2028. As famosas cabines em formato de ovo, projetadas por Chu Ming Silveira e lançadas em 1972, conquistaram o País graças à excelente acústica e ao baixo custo de instalação e

manutenção. No auge do sistema, a rede chegou a contar com 1,5 milhão de terminais, e os populares orelhões logo ganharam “irmãos” em lugares como Angola, China, Colômbia, Moçambique, Paraguai e Peru.

Com a privatização das telecomunicações, no fim dos anos 1990, as concessionárias assumiram o compromisso de manter a rede de telefones públicos até dezembro de 2025. A adaptação desses contratos

prevê a extinção gradual das cabines pelos próximos três anos, à medida que se universaliza o acesso à telefonia móvel no País – cerca de 9 mil orelhões permanecerão ativos em cidades onde ainda não haja sinal 4G. Segundo a Anatel, a medida libera recursos para a expansão da banda larga. Para saudosistas, vale consultar a localização dos terminais remanescentes no site da agência. Rápido, antes de cair a ficha.

Água/ Copo vazio

O mundo já vive a era da “falência hídrica”, alerta relatório da ONU

A era da “falência hídrica global” já começou, alerta um relatório do Instituto de Água, Meio Ambiente e Saúde da Universidade das Nações Unidas. Mais da metade dos grandes lagos do mundo está encolhendo e cerca de 70% dos aquíferos subterrâneos apresentam declínio. Após décadas de uso excessivo, poluição e impactos das mudanças climáticas, em torno de 2,2 bilhões de habitantes sofrem

com abastecimento deficiente de água, ao passo que 4 bilhões enfrentam escassez severa por ao menos um mês a cada ano.

Em cinco décadas, o planeta perdeu 410 milhões de hectares de zonas úmidas naturais – quase o equivalente à área total da União Europeia. “Muitos rios, lagos, aquíferos, áreas úmidas e geleiras foram empurrados além dos pontos de não retorno”, destaca o estudo.

“O dano ecológico só vai se aprofundar, alimentando conflitos sociais”, afirma Kaveh Madani, diretor do Instituto e responsável pelo estudo. Nos EUA, o Rio Colorado já não chega ao mar e a redução da vazão acirra disputas entre estados do Oeste. Egito, Sudão e Etiópia divergem sobre uma grande barragem em um afluente do Nilo. Pesquisas também indicam que a migração do México para os EUA aumenta em períodos de seca. “Falta de água significa falta de comida”, resume Madani. “Significa fome, desemprego, caos, revolução.”



Mais de 2 bilhões de habitantes sofrem com abastecimento deficiente

Chile/ QUEM SEMEIA VENTO...

KAST NOMEIA EX-ADVOGADOS DE PINOCHET COMO MINISTROS DE ESTADO

Mais um “radical moderado”, aquela espécie insólita que vez por outra surge no noticiário, resolveu se revelar. Eleito com discurso pouco convincente de conciliação no segundo turno das eleições chilenas, o ultradireitista José Antonio Kast adiantou a nomeação de dois ex-advogados de Augusto Pinochet para compor o primeiro escalão do seu governo.

Kast sempre foi admirador declarado da ditadura pinoche-

tista (1973-1990), que deixou mais de 3 mil mortos e desaparecidos. Só escondeu as posições mais extremistas na reta final da campanha, o suficiente para ser “normalizado” pela mídia. Analistas se apressam em minimizar os riscos, mas a realidade sugere o contrário.

Em Santiago, o presidente eleito apresentou sua equipe: Fernando Barros, futuro ministro da Defesa, e Fernando Ra-

bat, futuro titular da pasta de Justiça e Direitos Humanos. Rabat representou Pinochet em caso de desvio de recursos públicos, enquanto Barros defendeu o ditador em Londres, em 1998, quando a Justiça espanhola buscava sua extradição por crimes contra a humanidade. “Este gabinete não nasce de cotas, nem de pressões. Nasce de uma convicção profunda e vocação comum: colocar o Chile sempre em primeiro lugar”, debochou Kast.

Os bilionários fazem a festa

A fortuna dos bilionários bateu novo recorde em 2025, aponta o relatório anual da Oxfam. Segundo a ONG, os 12 indivíduos mais ricos do planeta concentram mais patrimônio do que a metade mais pobre da população mundial, cerca de 4 bilhões de habitantes. Pela primeira vez, o clubinho de bilionários superou a marca de 3 mil integrantes, com bens que somam 18,3 trilhões de dólares. Enquanto essa riqueza cresceu mais de 16% em um ano, a redução da pobreza perdeu tração. Para a Oxfam, essa concentração amplia a influência política dos ultrarricos e corrói direitos básicos da maioria.



O ultradireitista já rasgou a fantasia de “radical moderado” das eleições

PLACAS TECTÔNICAS

O MOVIMENTO DAS FORÇAS EM BRASÍLIA E NA FARIA LIMA EM TORNO DO ESCÂNDALO DO BANCO MASTER

por ANDRÉ BARROCAL e SERGIO LIRIO

O crime organizado de colarinho branco está nu, graças ao escândalo do Banco Master, liquidado em novembro pelo Banco Central. O conglomerado do agora ex-banqueiro Daniel Vorcara sofreu outro golpe na quarta-feira 21, quando o BC anunciou o fechamento do Will, instituição financeira virtual do grupo. *Outsider*, Vorcara foi parar no meio do furacão de uma batalha que movimenta interesses gigantes em Brasília e na Avenida Faria Lima, coração financeiro do País. Uma guerra na qual nem todos os objetivos são nobres. Há quem esteja, de fato, interessado em desbaratar uma fraude de enormes proporções. E há quem, como de costume, tente manipular o rumo das investigações em busca de dividendos eleitorais e financeiros – ao mesmo tempo, se possível.

A última campanha eleitoral da vida do presidente Lula terá o combate aos poderosos como bandeira, daí o governo não arredar o pé de levar o caso Master às últimas consequências, doa a quem doer. Com

o fantasma de uma improvável delação premiada de Vorcara a rondar Brasília e deixar a cidade tensa, o Banco Central não recuou e não pretende recuar. Sempre que ocorre uma liquidação, os bens dos donos ficam indisponíveis, não podem ser vendidos até terminar a apuração de responsabilidades pela autoridade monetária. As degolas decretadas pelo BC farão com que o Fundo Garantidor de Crédito desembolse quase 50 bilhões de reais para ressarcir os clientes. O FGC é abastecido com recursos das próprias instituições financeiras, incluídas estatais como o Banco Brasil e a Caixa Econômica Federal. Adendo: os rumores de delação premiada podem ser li-

dos de distintas maneiras. A ideia de abrir a boca pode mesmo andar pela cabeça do empresário – resta saber o que ele teria a delatar – ou pode configurar-se como um pedido de socorro ao mundo político, no qual Vorcara cultivou, ao longo do tempo, sólidas e ecumênicas relações.

“Enfrentar o poder econômico, enfrentar o andar de cima do crime organizado.” Eis o resumo da ópera feito pelo diretor da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, após uma reunião convocada por Lula para pedir uma comunhão de esforços a alguns órgãos do governo, ao procurador-geral da República, Paulo Gonet, e ao vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

No STF, aliás, está instalado o grande bode na sala do escândalo, o ministro José Dias Toffoli. O magistrado assumiu a relatoria do inquérito do Master em dezembro, em decorrência de um pedido dos advogados do banco, e tomou decisões controversas. Um *resort* frequentado por ele no Paraná alimenta desconfianças. O empreendimento nasceu e cresceu há mais de 15 anos pelas mãos da família de To-

**A LIQUIDAÇÃO DO
WILL BANK É MAIS
UM GOLPE NO
CONGLOMERADO
DE DANIEL
VORCARO**



ffoli e, em um período recente, empresas desses parentes receberam aportes de um fundo ligado ao banco falido. O atual controlador oficial do *resort* advogou no passado para a J&F, de Joesley Batista, favorecida em 10 bilhões de reais em 2023 por uma canetada do juiz, a anulação de uma multa na Operação Lava Jato. Não à toa, Edson Fachin, atual presidente do Supremo, abraçou a ingloria cruzada para convencer os colegas da Corte a aceitar um código de conduta. Apesar de ter se tornado alvo principal da cobertura da mídia sobre o caso, depois da tentativa anterior de colocar na berlinda o colega Alexandre de Moraes, e de dever certas explicações ao distinto público, Toffoli não tem favorecido Vorcaro, como parte do jornalismo faz parecer. O juiz acatou providências requeridas pela Procuradoria-Geral da Re-

Muito se especula sobre uma suposta delação de Vorcaro. Resta saber o que ele teria a dizer. Toffoli tem sido pressionado a deixar a relatoria do inquérito no Supremo Tribunal Federal



pública e pela Polícia Federal, entre elas o bloqueio de bens do ex-banqueiro e de familiares. A pressão é, porém, crescente. Na quinta-feira 22, circulou nos portais de notícia a “sugestão” supostamente dada por alguns pares do tribunal para uma saída honrosa: o magistrado devolveria o inquérito à primeira instância e tiraria os holofotes atualmente concentrados no STF, cujo enfraquecimento é um desserviço ao equilíbrio institucional do País.

A continuidade das punições e das investigações é resultado de uma operação montada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o procurador-geral. Sem alarde e de férias, Haddad conversou com Gonet, com Gabriel Galípolo, presidente do Banco Central, e com Vital do Rêgo, o comandante do Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar do Congresso.

CAPA

O objetivo era desarmar bombas e resistir a pressões que buscam ressuscitar o Master, salvar o patrimônio dos donos e impedir que eles possam um dia ser condenados na Justiça. A Galípolo, Haddad garantiu respaldo. Em relação a Vital do Rêgo, cobrou do TCU que não se precipite para reabrir o banco. Com Gonet, conversou sobre proteger provas de crimes obtidas pelo BC e pela PF. Quanto aos temores de que o escândalo ganhe proporções homéricas como a Lava Jato e paralise o Brasil, o ministro, em entrevista ao portal UOL na segunda-feira 19, foi taxativo: este não seria um “pretexto para não se combater o crime”.

A visão na Procuradoria é de que o caso é um tremendo “escândalo”. Gonet entrou em cena, abraçou a linha de apuração da PF e passou a se manifestar perante o Supremo de modo a tirar do caminho argumentos a serem explorados pelos advogados de Vercaro para anular provas. Além de estar com os bens indisponíveis desde novembro, o ex-banqueiro tomou outra punhalada no bolso agora em janeiro, por obra de Gonet. O procurador-geral encampou uma solicitação da PF e requereu o sequestro de 5,7 bilhões de reais dos investigados. Toffoli aceitou. Gonet conseguiu ainda do juiz a quebra dos sigilos bancário e fiscal de 2020 a 2025 de Vercaro e alguns parentes, além da apreensão de celulares. Ao solicitar as providências, salientou ser necessário que “as medidas investigativas sejam conduzidas de forma a evitar futuras alegações de nulidade”, até que seja “delimitada a real participação da autoridade com foro de prerrogativa”.

O detentor de foro privilegiado é o deputado João Carlos Bacelar, do PL da Bahia, citado em um documento apreendido pela PF em investigações sobre o Master. Os advogados do banco não titubearam. Correram ao Supremo para retirar o caso de instâncias inferiores e remetê-lo ao STF. Sorteado relator, Toffoli concordou. Assinou um despacho pou-

cos dias após ter viajado de avião ao Peru com o advogado de um ex-diretor do banco. Inaugurou-se ali uma onda de notícias que, em conjunto, mostravam uma República conflagrada. Soube-se que a esposa de Alexandre de Moraes receberia do Master 130 milhões de reais por três anos de contrato (a existência do contrato entre as partes era conhecida fazia sete meses). Que Toffoli ordenara uma inédita acareação de Vercaro com um diretor do BC (o juiz voltaria atrás posteriormente). Que um integrante do TCU, Jhonatan de Jesus, requereu ao BC explica-

ções sobre o encerramento das atividades do Master. O que estava subentendido na requisição, Jesus botou no papel em 5 de janeiro. O TCU faria uma inspeção no BC e poderia revogar a liquidação.

À época do fechamento da instituição, o Tribunal de Contas abriu um processo para examinar a conduta do BC. Era uma solicitação do Ministério Público. Teria a autoridade monetária demorado a agir? Um processo que veio bem a calhar a Vercaro, pois permitiu colocar um órgão de controle para acuar o BC e para ser usado na preservação dos valores dos ativos



Ibaneis Rocha será obrigado a fazer um aporte no BRB, embora reclame de falta de dinheiro para financiar a saúde no Distrito Federal. Galípolo e Haddad estão na mesma sintonia





O pastor Zettel acumula pecados. Tanure seria o "Deus ex-machina" do escândalo. Moraes esteve na berlinda até pouco tempo

do banco. O senador Renan Calheiros, do MDB de Alagoas, diz e repete que a ofensiva do TCU tem por trás o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, do Republicanos da Paraíba, e seu antecessor no posto, Arthur Lira, do PP alagoano, inimigo político local de Calheiros. O senador acaba de criar um grupo de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos para acompanhar a investigação.

O governo tinha ficado um pouco perdido diante dos acontecimentos de dezembro. Lula estava fora de Brasília desde o dia 23, em viagem de Natal e Réveillon. Ricardo Lewandowski preparava a despedida do Ministério da Justiça. Haddad curtia as férias, mas acabou por agir a distância. Quando ele e Lula estavam de volta ao batente, o ministro declarou na porta da Fazenda, em 13 de janeiro: "O caso inspira muito cuidado, nós podemos estar diante da maior fraude bancária da história do País". E em uma novela desse tamanho, sobram personagens endinheirados e poderosos, a começar por Vercaro.

De família de origem italiana, o mineiro de 42 anos é fiel da Igreja da Lagoinha. Foi apresentador de um programa de música gospel em um canal da congregação. Uma década depois, apareceu-lhe a chance de fazer parte do mundo das finanças e ficar bilionário. Assumiu um banco prestes a ser liquidado pelo BC por envolvimento no escândalo da Lava Jato. Era o



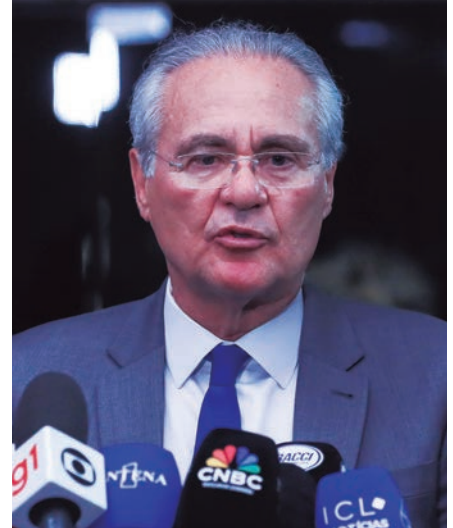
**O GOVERNO LULA
QUER FAZER DO
COMBATE AO CRIME
DO COLARINHO
BRANCO UMA
BANDEIRA DE
CAMPANHA**

Máxima, rebatizado de Master pelo novo dono quando do retorno às atividades, em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro. Saída quase do zero, a instituição acumulava 4 bilhões de reais de patrimônio até 2024. Hoje em dia, recorde-se, os bens de Vercaro, do pai (Henrique), da irmã (Nathalia), do cunhado (Fabiano Zettel) e de gestores do Master estão indisponíveis. O crescimento vertiginoso não passou despercebido de concorrentes, graúdos e miúdos, do sistema financeiro. As "desavenças" entre Vercaro e André Esteves, do BTG Pactual, são de conhecimento até dos paralelepípedos da Faria Lima. Esteves, aliás, tem sido apresentado como a fonte de diversas notícias plantadas na mídia a respeito do caso. O banqueiro nega.

Os responsáveis por mais dois tentáculos do banco, ambos fechados recentemente pelo BC, também estão com os bens bloqueados. O fundo Reag, do empresário João Carlos Mansur, e a *fintech* Will Bank, do conglomerado Master. Mansur é conselheiro do Palmeiras e integrante do conselho de administração de diversas companhias. Criou a Reag, fundo de investimentos, em 2012. A empresa é a proprietária de uma mansão de 36 milhões utilizada por Vercaro em Brasília. Comprou-a por meio de uma empresa que tinha na diretoria o cunhado do banqueiro. Zettel possui inclinações políticas sólidas. Em 2022, foi um dos maiores financiadores das campanhas de Jair Bolsonaro a presidente (3 milhões de reais) e de Tarcísio de Freitas a governador de São Paulo (2 milhões). Além da dupla, doou para apenas mais um candidato (em Minas Gerais).

A Reag entrou na mira da polícia em algum momento entre 2024 e 2025. Os federais esbarraram nela ao investigar um esquema de lavagem de dinheiro do PCC. A investigação desaguou na Operação Quasar, realizada em agosto passado na Faria Lima por ordem da 7ª Vara Criminal Federal de São Paulo. O objetivo era prender

CAPA



Calheiros acusa Motta e Lira de instigarem o Tribunal de Contas da União a pressionar o Banco Central para favorecer o Master

investigados e coletar provas de ilícitos. A Quasar foi a campo simultaneamente à operação que desvendou o uso, pelo PCC, da venda de combustíveis para esquentar dinheiro do tráfico, a Carbone Oculto, outra com algemas e apreensão de documentos. A pedido da PF, a 7ª Vara compartilhou dados da Quasar com a 8ª Vara. Nesta corria um inquérito contra o Master aberto após uma denúncia anônima enviada por *e-mail* à PF. A polícia não tinha dúvida: havia personagens idênticos nos dois inquéritos, como Vorcáro e Mansur. A Reag daria suporte às trambicagens do banqueiro.

O rei das causas empresariais enroladas é outro que aparece colado a Vorcáro. Segundo a PF, o empresário Nelson Tanure seria sócio oculto do Master. Alguém, presume-se, cujos conhecimentos das “brechas” no mundo das finanças contribuiu para a ascensão meteórica do banco. Aquele sequestro de 5,7 bilhões de reais decretado por Toffoli acertou Tanure em proporção parecida à de Vorcáro (o despacho judicial não aponta a quantia exata relativa a cada investigado). No dia da captura dos celulares do banqueiro, a PF recolheu o de Tanure no momento em que embarcava no Galeão rumo a Curitiba. Idem com o de Zettel, a caminho de Dubai.

Zettel é pastor da Igreja Bola de Neve e advogado. Em novembro, deputados do PT propuseram na CPI do INSS a quebra dos

seus sigilos bancário e fiscal, a produção de relatórios de inteligência financeira e uma convocação para depor na comissão. Para Rogério Correia, de Minas Gerais, e Alencar Santana, de São Paulo, Zettel está envolvido no esquema dos descontos indevidos em aposentadorias. Usar empréstimos, muitas vezes de mentira, a pensionistas teria sido uma das artimanhas do Master para montar uma espécie de pirâmide financeira. A carteira de empréstimos foi vendida para encobrir uma crise de liquidez. O BRB, banco estatal de Brasília, participou da farsa, garante o BC.

Enquanto em São Paulo corriam investigações sobre falcaturas do Master denunciadas por *e-mail* à PF, em Brasília o BC debruçava-se sobre as transações feitas pelo banco com o BRB. Um relatório de outubro da autoridade monetária conta a novela. Em julho de 2024, a instituição

de Vorcáro começou a negociar a venda de carteiras de crédito com o BRB. O ritmo avolumou-se em novembro, por causa da combinação de uma crise de liquidez com outra de reputação. No mês anterior, a revista *Piauí* havia publicado uma reportagem sobre a ascensão e a atipicidade das atividades do Master.

Em novembro de 2024, nasceu uma empresa, a Tirreno, usada para reforçar a negociação de carteiras de crédito do Master com o BRB. De acordo com o BC, a carteira da Tirreno é fajuta. Apesar disso, o BRB pagou 12 bilhões de reais por ela. Eis o tamanho aproximado da possível “maior fraude bancária da história do País”. Os crimes potenciais, anota o BC, são gestão fraudulenta, indução de investidor ou repartição pública a erro e falseamento de demonstrações contábeis financeiras. Pela Lei do Crime de Colarinho Branco, os três ilícitos custam, juntos, de 6 a 23 anos de cadeia. O BRB tentou comprar metade do Master em março do ano passado. O governador do Distrito Federal, o bolsonarista Ibaneis Rocha, fez aprovar uma lei a toque de caixa para concretizar o negócio. No fim das contas, o BC proibiu a transação. Agora Rocha está na iminência de ser obrigado a botar dinheiro na instituição pública, ao mesmo tempo que alega falta de dinheiro para investir na saúde.

As conclusões do Banco Central sobre a fraude de 12 bilhões no esquema BRB-Master deram origem à Operação Com-

**HÁ QUEM
PRETENDA USAR O
ESCÂNDALO PARA
FUSTIGAR O
GOVERNO E O
BANCO CENTRAL**

pliance Zero, de novembro passado. Com autorização da 10a Vara Federal de Brasília, o presidente do banco brasileiro à época, Paulo Henrique Costa, foi afastado e Vercaro, preso preventivamente. O banqueiro passou dez dias na cadeia até conseguir um *habeas corpus*. Desde então, anda com tornozeleira eletrônica, está proibido de conversar com os demais investigados e testemunhas, não pode sair do Brasil nem exercer atividades econômico-financeiras.

No dia de sua soltura, a senadora bolsonarista Damare Alves, do Republicanos do Distrito Federal, propôs na CPI do INSS a quebra dos sigilos bancário, fiscal e comunicacional de Vercaro. Sinal da esperança oposicionista de encontrar elos do banqueiro com governistas e assim ata-

car Lula. É esse o plano, note-se, da CPI em si: um fato descoberto e apurado pelo governo, descontos indevidos em aposentadorias, se voltaria contra o presidente da República. Vercaro havia sido citado na comissão em setembro, no depoimento de um advogado. Eli Cohen afirmou que o Master tirou proveito das maracutaías contra os aposentados. Desde então havia até petista interessado em convocar o banqueiro a depor. A quebra dos sigilos e a convocação foram aprovadas em dezembro. Os sigilos acabaram, porém, trancados no gabinete do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, do União Brasil do Amapá, por determinação de Toffoli. Detalhe: o fundo de previdência dos servidores do Amapá fez negócios com o Master.

No dia do *habeas corpus*, os advogados de Vercaro acionaram o Supremo e solicitaram que as investigações se concentrassem na Corte. Toffoli avocou os processos da 8a Vara Federal de São Paulo e da 10a Vara Federal de Brasília. E passou a causar assombro. Além de determinar uma acareação entre acusado e acusador, quis engessar a PF. Em 6 de janeiro, autorizou medidas da fase 2 da Compliance Zero, realizada na semana seguinte, como quebras de sigilo, bloqueio de bens e apreensão de celulares, mas fixou prazo para a polícia cumprir as medidas, ordenou que os interrogatórios fossem no Supremo, mandou lacrar na Corte o material apreendido e escolheu os peritos que o examinariam.

Gonet entrou no circuito e pediu acesso ao material. Toffoli deu sinal verde. O procurador-geral vê no escândalo indícios de organização criminosa voltada à prática de gestão fraudulenta de instituição financeira, indução de investidor a erro, uso de informação privilegiada e lavagem de dinheiro. É a mesma convicção da PF, para quem Vercaro é o líder da organização criminosa do colarinho branco. O “xerife” acredita que a polícia apontou “elementos suficientes” de que houve, da parte do Master, “aproveitamento sistemático de vulnerabilidades do mercado de capitais e do sistema de regulação e fiscalização, notadamente mediante o uso de fundos de investimento e intrincada rede de entidades conectadas entre si por vínculos societários, familiares ou funcionais”. Visão que Toffoli endossou ao liberar a recente fase da Compliance Zero e escreveu as mesmas palavras no despacho. Dado os resquícios da mentalidade lavajatista em órgãos de fiscalização da República e os interesses pecuniários, eleitorais e políticos envolvidos no caso, certas intervenções do ministro têm impedido o intento de alguns de manipular a investigação em favor de desejos inconfessáveis. O jogo bruto só está no começo. •



OTCU fará uma inspeção na liquidação decretada pelo BC. E a Polícia Federal encontrou as digitais do banco liquidado em duas operações distintas contra a lavagem de dinheiro do crime organizado



GESTÃO TEMERÁRIA

LOTEADO PELO UNIÃO BRASIL, O RIOPREVIDÊNCIA MULTIPLICOU POR SETE APLICAÇÕES NO BANCO MASTER SEM AVAL DO SEU COMITÊ DE INVESTIMENTOS

por MAURÍCIO THUSWOHL

No emaranhado de operações fraudulentas com Letras Financeiras (LFs) articuladas a partir do Banco Master, destaca-se a irresistível atração que esse tipo de aplicação parece ter exercido sobre diversos institutos de previdência de funcionários públicos estaduais ou municipais. Segundo investigações da Polícia Federal e do Banco Central, 18 dessas instituições investiram, entre outubro de 2023 e dezembro de 2024, quase 1,9 bilhão de reais no banco controlado por Daniel Vercaro e liquidado em novembro pelo BC. Como as LFs não estão cobertas pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), os servidores correm o risco de jamais reaver os valores investidos.

Com base em informações coletadas no Ministério da Previdência, os investigadores constataram que nenhum dos 18 institutos possuía aplicações vinculadas ao Master antes do período analisado.

Em uma lista que inclui fundos mantidos por servidores dos governos de Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Roraima, o destaque absoluto vai para o Rio de Janeiro, já que o RioPrevidência é responsável sozinho por 1,2 bilhão de reais aplicado nas LFs do Master, segundo uma auditoria do Tribunal de Contas do Estado – o governo fluminense contesta o cálculo e diz que o valor aplicado foi de 960 milhões.

**OS APORTES
SALTARAM DE 120
MILHÕES PARA
QUASE 1 BILHÃO
DE REAIS DE 2023
A 2025, AFIRMOU
EX-INTEGRANTE DO
COLEGIADO À PF**

A voracidade com que o RioPrevidência se lançou às LFs do Master é um dos pontos a partir dos quais a PF procura entender as ligações políticas por trás das aplicações feitas no banco. A autarquia vinculada ao governo do Rio é presidida, desde julho de 2023, por Deivis Marcon Antunes, quadro técnico do União Brasil. Segundo informações obtidas por *CartaCapital*, ele foi indicado pelo presidente nacional do partido, Antônio Rueda, com as bênçãos do governador Cláudio Castro, do PL, e do então todo-poderoso presidente da Assembleia Legislativa (Alerj), Rodrigo Bacellar, também do União Brasil, hoje afastado do cargo após atrapalhar uma operação policial contra um deputado ligado ao Comando Vermelho. Rueda, segundo a PF, era frequentador do círculo mais estreito de amigos de Vercaro.

“Esse componente é essencial porque Vercaro montou uma rede de apoio político que inclui os principais nomes do Centrão e da direita”, afirma o deputado estadual Carlos Minc, do PSB, um dos líderes da oposição ao governo Castro. O parlamentar acrescenta que “sabidamente o governador mantém íntimas ligações com aqueles que são os principais sustentáculos políticos desse esquema fraudulento e criminoso”. Minc ressalta que o RioPrevidência foi reiteradamente advertido pelos órgãos fiscalizadores sobre a vulnerabilidade do Master e suas prometidas taxas de retorno, muito superiores às praticadas pelo mercado. “Mas Castro aplicou e voltou a aplicar, comprometendo recursos do pagamento dos pensionistas e aposentados. Esse prejuízo agora vai sair do Tesouro estadual, que já está com um buraco tremendo, produto da gestão temerária do governador.”

Em nota, o RioPrevidência afirma que, apesar do risco de perda do investimento realizado, “o pagamento de aposentadorias e pensões está garantido” aos mais de 235 mil servidores inativos do estado. Logo após a descoberta das irregularidades praticadas pelo Master, a direção do instituto afirmou que “todas as aplicações fo-



ram realizadas em conformidade com os regramentos vigentes” e que iniciaria negociação para substituir parte das LFs adquiridas por precatórios estaduais e federais. Uma primeira proposta nesse sentido, segundo Antunes, foi feita em setembro do ano passado diretamente ao Master, que teria concordado, e mais tarde endossada ao liquidante do banco nomeado pelo BC, a EFB Regimes Especiais de Empresas. Este último, no entanto, interrompeu as tratativas em 14 de janeiro. “A permuta solicitada configuraria pagamento antecipado e privilégio a um único credor, o que é juridicamente vedado.”

Além do 1,2 bilhão de reais investido em LFs do Master, montante que agora deseja recuperar, o RioPrevidência teria desembolsado perto de 1,5 bilhão de reais em outros fundos administrados por corretoras que compõem a intricada teia em torno do banco de Vercaro, segundo o TCE-RJ. Alarmado pelo fato de o RioPrevidência, com valor total de sua carteira estimado em 11 bilhões de reais, aplicar quase 25% de seus recursos em um único banco, o órgão de controle enviou comunicados à direção do instituto desde maio de 2024, quando alertou que a “repetição de opera-

Deivis Antunes foi indicado pelo presidente do UB, Antônio Rueda, com a bênção do deputado Rodrigo Bacellar e do governador Cláudio Castro



ções similares implicaria a integral assunção do risco de possíveis irregularidades”.

O RioPrevidência ignorou os alertas e continuou a aplicar nos fundos ligados ao Master pelos meses subsequentes. Em ofício enviado ao TCE logo após os primeiros alertas, o presidente do instituto diz que “a equipe técnica do RioPrevidência tem suas decisões pautadas na avaliação constante dos ativos e na aderência dos mesmos às determinações legais e regulamen-

tares, e não em matérias ou notas jornalísticas tendenciosas ou inverídicas”.

Em depoimento divulgado pela PF na terça-feira 20, Róbson Luiz Barbosa, que era integrante do Comitê de Investimentos do RioPrevidência quando tiveram início as aplicações em fundos do Master, afirmou que a proposta inicial previa a compra de apenas 120 milhões de reais em LFs, mas que esse montante foi sendo elevado de forma sucessiva e automática, sem o crivo do colegiado. As ordens nesse sentido, segundo o depoente, teriam partido do então diretor de Investimentos, Euchério Lerner Rodrigues, que, segundo o apurado pela reportagem, chegou ao cargo também com as bênçãos de Bacellar, Rueda e outros caciques do União Brasil.

Deputado estadual pelo PSD e ex-vice-governador do Rio, Luiz Paulo Corrêa da Rocha critica a atuação do governo fluminense: “Foram feridas as regras de aplicações de recursos para pagar a folha de aposentados e pensionistas, principalmente em Letras Financeiras sem garantia do Fundo Garantidor, feitas em um banco de terceira linha, segundo classificação do próprio BC, e que tinha comportamento atípico”. O parlamentar lembra que o Master oferecia retorno do investimento com percentuais idênticos às pirâmides financeiras. “Recursos públicos devem ser investidos em fundos conservadores, sem riscos de perdas, e não foi isso que ocorreu. Os alertas institucionais foram feitos e ignorados. O resultado é um dos maiores desastres efetuados pelo sistema financeiro.”

Carlos Minc afirma que, com o desenrolar das investigações, não bastará restituir os recursos mal aplicados aos caixas do RioPrevidência. “É preciso identificar quem foram os responsáveis por esse prejuízo que atingiu tanta gente e, em particular, o Rio de Janeiro. E também revelar qual foi o suporte político em torno dessa fraude gigantesca do Master, na qual o governo do Rio se envolveu até o pescoço.” •

O MASTER E O RISCO SISTÊMICO

QUANDO OCORRE UMA RUPTURA DOS NEXOS MONETÁRIOS, A RECONSTRUÇÃO EXIGE IMPEDIR A DESVALORIZAÇÃO BRUTAL DA RIQUEZA

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO

O noticiário a respeito do Banco Master tem frequentado os ambientes da mídia. As notícias veiculadas nos meios de comunicação podem sugerir aos leitores e telespectadores que o episódio Master se refere apenas a um banco em particular.

A liquidação extrajudicial executada pelo Banco Central pretendeu evitar uma grave deterioração do ambiente de confiança e pode ser interpretada de diferentes maneiras, mas o efeito mais imediato e perigoso é evitar o risco de desestabilização do sistema financeiro.

São muitos os analistas que descartam esse risco, argumentando que o Master é um banco de pequeno porte. Sim, é um banco de pequeno porte, mas com potencial de minar a confiança no sistema financeiro. O detonante da crise *subprime* de 2008/2009 nos Estados Unidos foi o Lehman Brothers, um banco pequeno

que espalhou desconfiança sobre as práticas dos bancos comerciais e dos bancos-sombra (*shadow banks*) do sistema financeiro norte-americano.

Nos anos 90, Goldman Sachs, Merrill Lynch, Bear Stearns, Lehman Brothers, Morgan Stanley, JP Morgan *et cetera* desfilavam sua sabedoria e ofereciam seus aconselhamentos ao mundo embevecido. Quando sobreveio a tormenta, o Tesouro e o Federal Reserve despejaram dólares a mancheias para sal-

var alguns façanhudos das próprias imprudências. O Bear Stearns foi adquirido pelo JP Morgan com grana subsidiada pelo Federal Reserve.

Aqueles que tiveram a oportunidade de assistir à façanha cinematográfica de Adam McKay, *A Grande Aposta* (*The Big Short*), poderão compreender como a ambição desmedida do sistema financeiro se converte em uma pirâmide de apostas simultâneas na valorização e na desvalorização da riqueza mobiliária.

Sendo assim, seria conveniente resgatar o conceito de risco sistêmico, um fenômeno presente em todas as etapas de evolução dos sistemas financeiros.

Risco sistêmico pode ser definido como a possibilidade latente – desconhecida pelos participantes do mercado ou contra a qual eles não se protegeram – de que um evento ocorra, levando a economia a um equilíbrio socialmente ineficiente.

O risco sistêmico refere-se à possibilidade de afalência de uma instituição financeira prejudicar gravemente, ou mesmo

O LEHMAN BROTHERS ERA PEQUENO, MAS ESPALHOU DESCONFIANÇA SOBRE AS PRÁTICAS DOS BANCOS DOS EUA



causar a falência, de outras instituições. Se esse contágio se espalhar, poderá afetar gravemente a economia como um todo.

Gerada nos bancos e nas demais instituições financeiras dos Estados Unidos, a crise do *subprime* poderia soar um sinal de alerta para as autoridades incumbidas de manter a estabilidade da economia.

Vamos nos valer de uma citação do *ex-chairman* do Federal Reserve Alan Greenspan: “O risco sistêmico é quase exclusivamente um fenômeno das instituições financeiras. A inadimplência de grandes instituições pode dismantlar o sistema financeiro e com ele o resto da economia, devido às múltiplas e intrincadas relações entre a finança e a atividade econômica... Os riscos gerados por empresas não financeiras – independentemente de seu tamanho – ficam restritos aos seus credores, fornecedores e clientes. Raramente têm impacto mais amplo”.

Ben Bernanke, outro *ex-chairman* do Federal Reserve, reconheceu que a crise de 2007/2008, iniciada nos mercados hipotecários, despertou os neurônios das autoridades reguladoras para as questões que envolvem o conjunto das instituições financeiras. “No sistema atual de regulação, as autoridades frequentemente se ocupam de cada instituição isoladamente.” Bernanke recomenda maior ênfase na chamada regulação sistêmica, dita “macroprudencial”.

A intervenção do BC visou evitar uma grave deterioração do ambiente de confiança e o risco de desestabilização do sistema financeiro

No livro *Apagando o Fogo*, Ben Bernanke, Henry Paulson e Timothy Geithner afirmam que, nos Estados Unidos, as intervenções do governo provocaram uma reação pública negativa muito forte. O Congresso norte-americano cuidou de limitar a capacidade do Federal Reserve de reagir à próxima crise, retirando poderes importantes dos gestores de crises, na esperança de evitar que o Banco Central norte-americano possa se envolver em resgates futuros das instituições financeiras.

Na realidade, é provável que essas limitações, embora bem-intencionadas, piorem a próxima crise e o dano econômico resultante seja mais grave. A crença de que a legislação que pretende proibir os socorros os impedirá em todos os cenários futuros é uma ilusão poderosa, e perigosa.

Trata-se não só de reduzir a dispersão das atribuições entre as agências encarregadas da supervisão e regulação, mas também de ampliar o raio de atuação dos Bancos Centrais com o propósito de “tomar em consideração os potenciais riscos e fragilidades sistêmicas”.

A concentração de riscos, diz o *ex-chairman* do Federal Reserve, pode ser aceitável numa única instituição, mas torna-se perigosa quando se espalha

por muitas instituições simultaneamente. Foi o que aconteceu com a concessão e a securitização dos créditos hipotecários: a pretexto de diversificar os riscos individuais, os bancos e demais instituições disseminaram o risco pelo conjunto do sistema.

As preocupações sistêmicas estiveram no centro de muitas decisões recentes de políticas públicas. Bernanke explicou recentemente: “Nossas análises nos persuadiram de que permitir que o Bear Stearns falisse tão abruptamente, em um momento em que os mercados financeiros já estavam sob considerável estresse, provavelmente teria implicações extremamente adversas para o sistema financeiro e para a economia em geral”.

Quando ocorre uma ruptura dos nexos monetários, como a observada agora no episódio do Master, a reconstrução exige coordenação centralizada para impedir a desvalorização brutal da riqueza: a derrocada invade as Bolsas de Valores e envereda pelos mercados incumbidos de avaliar os ativos de dívidas que lastreiam as aplicações dos ricos, remediados e pobres. É uma totalidade, um transatlântico que vai afogar os de cima e os que estão embaixo.

Os Bancos Centrais – enquanto mediadores entre o poder soberano do Estado e os riscos do sistema bancário privado – procuram estabelecer, além de regras prudenciais e sanções, normas gerais de acesso dos bancos à liquidez na moeda central. Ao mesmo tempo que impõe regras, sanções e condicionalidades, o Banco Central também atua como um redutor de riscos e incertezas para os bancos privados por meio dos instrumentos usuais de abastecimento de liquidez.

Nos momentos críticos, em que pode estar comprometida a cadeia de pagamentos da economia e, portanto, a higidez do sistema bancário, sobressai o papel de “prestador” de última instância do BC. •



Fratura exposta

SAÚDE Mais de 30% dos cursos de Medicina são reprovados em exame nacional e devem sofrer sanções do Ministério da Educação

Um dos nós deixados por gestões anteriores que a atual administração ainda precisa desatar é a sofrível qualidade da assistência médica no País. A criação de novas faculdades privadas de Medicina, iniciada no período de Fernando Henrique Cardoso e mantida pelos governos petistas, intensificou-

-se com a liberalização do setor promovida por Michel Temer e Jair Bolsonaro. A proliferação dessas escolas, algumas com parte das aulas ministradas a distância, resultou no surgimento de cursos de qualidade duvidosa e na formação de profissionais do mesmo nível. A morte do menino Benício Xavier, de 6 anos, após receber indevidamente uma injeção intrave-

nosa de adrenalina para tratar uma laringite em um hospital de Manaus, é um trágico retrato dessa realidade.

Dos 575 mil médicos registrados no Brasil no início de 2026, cerca de 40% jamais passaram por uma residência médica, etapa essencial na formação de especialistas. Segundo estimativas do governo, o País, que hoje conta com 405 esco-



Risco. Vítima de um grosseiro erro médico, o menino Benício Xavier, de 6 anos, morreu após receber indevidamente uma injeção de adrenalina para tratar uma simples laringite

las médicas – algumas delas funcionando graças a liminares judiciais –, tem formado, nos últimos tempos, uma média de 30 mil novos médicos por ano. Para reduzir essa lacuna na qualificação profissional, os ministérios da Saúde e da Educação prometem lançar ainda no primeiro semestre a Política Nacional de Residências em Saúde (PNRS), com a meta de universalizar o acesso às bolsas de formação para todos os recém-formados da área.

Enquanto a Política Nacional de Residências em Saúde não é implementada, os resultados do mais recente Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed), divulgados na segunda-feira 19 pelo Ministério da Educação, indicam que ainda há um longo caminho a percorrer. Das 351 escolas de graduação em Medicina avaliadas, 107 – o equivalente a 30,5% – tiveram desempenho insatisfatório, definido quando menos de 60% dos formandos são considerados proficientes. Em uma escala que vai até 5, os cursos reprovados obtiveram notas 1 ou 2, e as instituições poderão sofrer sanções que variam da proibição do aumento de vagas à vedação de novos processos seletivos. As faculdades municipais (87%) e

as privadas com fins lucrativos (61%) foram os segmentos com maior proporção de notas baixas no Enamed.

“No governo anterior, não houve investimentos em residência médica. Entre 2019 e 2022, houve queda no número de vagas ofertadas, de modo que, para os 32 mil médicos que concluíram a graduação em 2023, havia apenas 16 mil vagas de residência no ano seguinte. Para 2023, nem sequer estava garantido o pagamento das bolsas já aprovadas em anos anteriores”, diz Felipe Proença, secretário de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde do Ministério da Saúde. Esse orçamento começou a ser recomposto a partir da PEC da Transição, e o governo expandiu o número de bolsistas. “Foram 5 mil bol-

O governo pretende investir na ampliação de vagas de residência médica, voltadas para a formação de especialistas

sas a mais de 2023 a 2025. É fundamental que haja uma melhor equiparação entre o número de egressos dos cursos de Medicina e as vagas de residência médica.”

O governo entende que já se atingiu uma quantidade “próxima do necessário” na formação de médicos no Brasil. Agora, os desafios são expandir a oferta de qualificação profissional e melhorar a distribuição dos médicos pelo País. “Nos governos anteriores, houve uma expansão fora do planejamento do programa Mais Médicos e isso gerou essas distorções da formação que observamos agora. Não é à toa que 99 cursos de Medicina, de 304 que estão sob a esfera de atuação da regulação federal, vão passar por medidas de supervisão. É um processo que demanda planejamento e no qual é preciso observar a necessidade do Sistema Único de Saúde”, diz Proença.

O secretário de Formação e Educação Médica no Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, José Antônio Romano, afirma que o resultado do Enamed não surpreende: “Outro indício de que existe um problema estrutural sério é o fato de que na maior parte dos estados mais de 50% dos candidatos não conseguem aprovação”. O sindicalista destaca ainda o baixo valor da remuneração oferecida aos médicos residentes: “Temos uma bolsa de pouco mais de 4 mil reais e o atual governo manteve equivocadamente esse valor. Há uma oposição muito clara das secretarias estaduais e municipais de Saúde a qualquer aumento de bolsa. Esse é um dos problemas-chave para que tenhamos qualquer plano nacional que possa induzir o aumento do número de médicos especialistas”.

O Ministério da Educação afirma que a expansão de vagas de residência médica e a redução da distância em relação ao número de egressos da gradua-

ção em Medicina são objetivos centrais. Desde 2023, diversas ações têm sido realizadas para incentivar a criação de novos programas e ampliar as vagas, principalmente em especialidades estratégicas para o SUS. “O financiamento de bolsas de residência pelo governo soma mais de dois terços de todas as fontes pagadoras do País, fato que tem se expandido na gestão atual”, diz o MEC, em nota enviada à reportagem de *CartaCapital*. Além do lançamento da PNRS, a pasta destaca a realização do Exame Nacional de Residência Médica (Enare). “É um processo seletivo unificado em âmbito nacional que democratiza o acesso a residências nos hospitais universitários federais, assim como em instituições públicas e privadas com e sem fins lucrativos que fizerem a adesão”, explica o MEC.

O resultado do Enamed provocou reação imediata de entidades como a Federação Nacional dos Médicos (FNM) e a Associação Médica Brasileira (AMB). César Fernandes, presidente da AMB, observa que muitas escolas de Medicina obtiveram nota 3 no exame: “Como esse conceito está entre ruim e bom, vemos que, na realidade, metade dos médicos que o Brasil está formando não está adequadamente preparada”.

Já o Conselho Federal de Medicina (CFM), que nos últimos anos se alinhou ao bolsonarismo em pautas obscurantistas – do uso de medicamentos sabidamente ineficazes durante a pandemia de Covid-19 à imposição de obstáculos ao aborto legal –, aproveitou para trazer de volta à tona sua proposta, em discussão no Congresso Nacional, de um teste compulsório de proficiência para todo médico recém-formado. Se reprovado, o formando não poderia exercer a profissão. “Quando mais de 13 mil egressos dos cursos de Medicina obtêm desempenho considerado crítico e insuficiente pelo próprio MEC, estamos diante de um problema gravíssimo que coloca em risco a saú-

O CFM quer controlar uma prova obrigatória para médicos recém-formados, semelhante ao exame da OAB

de e a segurança da sociedade”, diz José Hiran Gallo, presidente do CFM.

A proposta do CFM, apelidada de “OAB da Medicina”, não tem simpatia do governo nem dos movimentos sociais. Romano lembra que, no último Encontro Nacional de Entidades Médicas, realizado em 2024, a maioria dos profissionais presentes rejeitou a ideia de um exame de ordem ou de proficiência. Segundo o sindicalista, o CFM tem articulado essa proposta com o deputado Doutor Luizinho, do PP, e o senador Marcos Pontes, do PL. “Com o atrelamento do Conselho aos setores conservadores, estes querem ter o controle da formação médica, o que pode impactar o SUS. Entendemos que o Estado tem de tomar as rédeas da situação e os ministérios da Educação e da Saúde

têm de estar juntos nas questões de ensino e de residência médica.”

Proença afirma que, na avaliação do governo, a “OAB da Medicina”, quando restrita a uma prova isolada aplicada pelo CFM, não muda o cenário da formação médica. “O que muda é a criação de novas diretrizes curriculares e as visitas para acompanhar de perto todos os cursos de Medicina, aplicando medidas de supervisão nos insatisfatórios, além da ampliação de vagas de residência para a formação de mais especialistas”, destaca.

O secretário afirma que, dentro de todo esse sistema de qualificação, é realmente necessário um exame de proficiência capaz de indicar se o concluinte do curso está apto ou não para exercer a Medicina, mas defende que sua aplicação seja feita pelo MEC. “Que o Enamed seja desenvolvido por uma comissão que tenha a participação dos ministérios da Educação e da Saúde, como já vem acontecendo atualmente, mas que o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica Brasileira possam participar também do desenvolvimento e da aplicação desse exame”, sugere. •

- por Maurício Thuswohl



Avaliador? Aliado do bolsonarismo, o presidente do CFM defende pauta obscurantista

RENATO MEIRELLES

Comunicólogo, presidente do Instituto Locomotiva e fundador do Data Favela, autor de *Um País Chamado Favela* e *Como Ser uma Empresa Antirracista*



Esperança individualizada

► Oito em cada dez brasileiros acreditam que 2026 será melhor, mas não demonstram o mesmo otimismo em relação à economia e ao futuro do País

No fim de ano, tem brasileiro que faz promessa olhando para o espelho e tem quem faça acompanhando o noticiário. Um pacto é íntimo. O outro é coletivo. E quase sempre os dois entram em conflito quando o calendário vira e a vida segue com o mesmo preço no supermercado.

Apesquisa do Instituto Locomotiva e da QuestionPro sobre expectativas para 2026 revela um traço do Brasil real. Oito em cada dez brasileiros acreditam que 2026 será melhor do que o ano anterior. Esse número fala menos de empolgação e mais de disposição. O Brasil real não escolheu o cinismo como abrigo. Escolheu continuar tentando, com a teimosia de quem aprendeu que desistir é sempre o pior investimento.

Quando o brasileiro fala de 2026, ele fala o primeiro da própria vida. Fala do corpo, da rotina, da saúde mental, do dinheiro, do trabalho, da vontade de organizar a casa e a cabeça. O futuro, para a maioria, não parece um salto. Parece um ajuste. Melhorar é colocar ordem, é conseguir respirar e ter um pouco mais de controle sobre o mês.

E aí aparece um traço que é quase uma assinatura do País. O brasileiro se enxer-

ga como principal motor da própria mudança. Ele não delega a esperança. Ele se responsabiliza por ela. Isso pode soar bonito, e em parte é. Mostra uma cultura de esforço, de persistência, de gente que não espera a vida se resolver sozinha.

Mas esse mesmo traço também revela uma coisa importante. Quando a esperança se individualiza, o coletivo perde força. O brasileiro confia mais na própria capacidade de reagir do que na capacidade do País de organizar o caminho. E isso explica por que a expectativa sobre o Brasil costuma ser mais cautelosa do que a expectativa sobre a vida pessoal.

Essa cautela não é desamor. É memória. Quem vive o Brasil todos os dias sabe que o País tem talento para criar ruído. Sabe como é fácil mudar regra, fazer o básico virar exceção e transformar o simples em difícil.

É por isso que o otimismo do Brasil real não é euforia. É disposição com prudência. O indivíduo quer acreditar, mas quer se proteger. Quer fazer planos e ter um chão firme. Quer avançar, mas quer evitar o tombo. O futuro desejado é menos uma festa e mais uma rotina funcionando.

Esse ponto é central para entender a economia do dia a dia. Economia, para o brasileiro, não é gráfico. É o que cabe no bolso e no tempo. É o preço do mercado e a sensação de que o dinheiro some antes do fim do mês. É a parcela que vira companhia fixa. É a escolha diária entre o necessário e o possível. É a vontade de guardar um pouco, nem que seja pouco, para não viver sempre no susto.

Quando tanta gente fala em poupar, em reorganizar gastos, em melhorar a

vida com atitudes concretas, existe ali um desejo de previsibilidade. Previsibilidade é a palavra que não aparece na mesa do almoço, mas está em todas as conversas. O brasileiro não está pedindo que a vida fique fácil. Apenas deseja que ela pare de ser surpreendente.

O mais interessante é que esse conjunto de expectativas não tem o tom de quem desistiu do País. Pelo contrário. O brasileiro segue apostando. Só que ele aposta com a cabeça de quem já aprendeu a calcular risco. Ele torce, mas não se ilude. Ele tenta, mas não se entrega.

E talvez seja esse o retrato mais honesto do Brasil no início de 2026. Um país onde os cidadãos acreditam na própria capacidade de melhorar de vida, mesmo quando não têm certeza de que o Brasil vai melhorar junto. Um lugar onde a esperança não é sentimento abstrato, mas um comportamento. Uma nação onde o futuro é menos um destino e mais uma construção.

Se existe um recado forte aqui, é que o brasileiro não está parado, esperando. Ele está se mexendo. Está tentando ajustar a rota. Está procurando um jeito de fazer a vida caber dentro dela mesma. E isso, em um país que costuma exigir demais de quem tem menos, já é uma forma de coragem.

A pergunta que fica para 2026 não é se o brasileiro vai tentar. Ele vai. A pergunta é se o ambiente vai ajudar essa tentativa a virar avanço. Porque, quando a esperança encontra caminho, ela vira melhora real. E quando não encontra, ela não vira revolta. Ela vira cansaço. E o cansaço é o jeito mais silencioso de um país perder potência. •

redacao@cartacapital.com.br

Avanços em série

HIV A PrEP injetável levará tempo para ser incorporada ao SUS, mas o Brasil coleciona conquistas no combate à Aids

POR MARIANA SERAFINI

O Brasil deu um passo importante na prevenção do HIV em 12 de janeiro, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro de um medicamento revolucionário para profilaxia pré-exposição (PrEP), capaz de reduzir em mais de 96% o risco de infecção pelo vírus. O Sunlenca (lenacapavir) é aplicado por injeção subcutânea a cada seis meses. Na ausência de uma vacina, essa é atualmente a melhor alternativa disponível, avalia a Organização Mundial da Saúde. Até agora, os brasileiros só tinham acesso a comprimidos diários ou a uma formulação específica para exposições esporádicas: dois comprimidos antes da relação sexual desprotegida, seguidos de doses adicionais nas 24 e 48 horas seguintes.

A notícia foi celebrada com entusiasmo pela comunidade médica e pela população em geral – até que a Gilead Sciences, fabricante do Sunlenca, jogou um balde de água fria sobre quem esperava ver a droga rapidamente incorporada ao SUS. A farmacêutica norte-americana não incluiu o Brasil no acordo de licenciamento voluntário que permite a produção de genéricos em 120 países de baixa e média renda. Para oferecer a injeção na rede pública, o governo teria de desembolsar mais de 130 mil reais por paciente ao ano, um valor proibitivo para o subfinanciado sistema.

Segundo o Ministério da Saúde, “não há, até o momento, nenhum pedido de análise para incorporação” do medicamento. Também não há perspectiva de quebra de patente para baratear a produção em território nacional.

Independentemente do revés circunstancial, a Fundação Oswaldo Cruz iniciou um estudo para avaliar a viabilidade de implementação do lenacapavir injetável no SUS. Segundo a médica infectologista Beatriz Grinsztejn, coordenadora da pesquisa “ImPrEP Len Brasil”, o objetivo é verificar se o medicamento é “implementável na vida real”, considerando adesão e persistência da população ao tratamento. Atualmente, mais de 140 mil brasileiros utilizam a PrEP oral diariamente, mas 35% interromperam o uso, revela a chefe do Laboratório de Pesquisa Clínica em HIV/Aids do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Cha-

gas, da Fiocruz. “As interrupções mais frequentes acontecem entre as populações mais vulneráveis, seja pela falta de informação ou de acesso”, explica.

O estudo será realizado inicialmente em sete cidades, em nove centros de saúde já integrados à rede PrEP SUS. As doses foram doadas pela Gilead. O público-alvo são homens *gays*, bissexuais e pessoas transexuais e não binárias entre 16 e 30 anos, faixa etária que concentra o maior número de novas infecções, segundo Grinsztejn. A oferta será feita a quem procurar o serviço de testagem e demonstrar interesse em iniciar a PrEP. Para começar o tratamento injetável, é necessário ter teste de HIV negativo e não ter usado a droga anteriormente. “A vantagem do lenacapavir é que, por ser semestral, exige menos em termos de adesão diária, e pode ser uma estratégia crucial de proteção para quem tem dificuldade com o esquema de comprimidos.”

A profilaxia pré-exposição é hoje o método mais eficaz de prevenção ao HIV, pois cria no corpo uma barreira que impede o vírus de se fixar e se replicar. O *designer* catarinense João Vitor Machado, de 23 anos, usa PrEP oral há pouco mais de um ano, desde que começou a morar sozinho e teve uma vida sexual mais “agitada”, com diferentes parceiros. “Algo que sempre me afetou como homem *gay* foi o medo e o preconceito de contrair HIV. Com a PrEP e a PEP, posso viver minha sexualidade livremente.” PEP é a profilaxia pós-exposição indicada após uma relação sexual desprotegida.

São Paulo é pioneira na popularização desses métodos. Desde 2021, a Secretaria Municipal de Saúde mantém um serviço itinerante de testagem, PrEP e PEP. Na Estação República do Metrô, na região central da cidade, funciona uma unidade de atendimento rápido, complementada por armários com autotestes e máquinas semelhantes às de refrigerante,

O País eliminou a transmissão vertical e conseguiu reduzir a mortalidade ao menor nível em mais de três décadas



Hoje os brasileiros têm acesso aos comprimidos diários da profilaxia pré-exposição ao vírus

onde qualquer cidadão pode acessar os medicamentos de forma discreta. “Nosso objetivo é pegar quem está de passagem, pelo caminho”, diz Cristina Abbate, coordenadora de IST/Aids. Com 78 mil usuários de PrEP na capital, ela revela que muitos valorizam justamente o sigilo oferecido por essas estruturas.

O Brasil é uma referência global não apenas na prevenção, mas também no tratamento da Aids. No fim do ano passado, a OMS certificou o País pela redução da transmissão vertical do HIV – de mãe para filho – para menos de 2% dos casos, patamar considerado de erradicação. Além disso, o SUS registrou a menor taxa de mortalidade pela doença em 32 anos.

“Vários jovens do nosso coletivo contraíram HIV por transmissão vertical. Quando recebemos a notícia dessa conquista, todos ficaram emocionados”, conta João Cavalcante Rezende, secretário de Informação e Comunicação da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV e Aids. O ativista convive com o ví-

rus há nove anos e afirma que, nesse período, os avanços foram significativos. “Hoje, qualquer um tem acesso ao teste rápido e sabe o resultado em 15 minutos”, comenta. Professor de Física em uma escola de ensino médio de Mato Grosso, ele avalia que a principal dificuldade ainda é o estigma social. “Hoje, ninguém tem medo de morrer, basta seguir o tratamento. O que todos temem é a sorofobia.”

Aos 65 anos, o palestrante e ativista Luís Baron vive com HIV desde 1988. Na época, ainda não havia tratamento disponível no Brasil. “Eu comprava o remédio de um amigo que era piloto de avião e conseguia trazer do exterior”, recorda. Ao viajar para os EUA, descobriu que a fase terminal de quem tomava AZT era extremamente dolorosa e optou por interromper a medicação. A partir de 1997, iniciou um novo tratamento pelo SUS. “Nunca mais precisei gastar um centavo com remédios, que evoluíram muito. No início, eram necessários 28 compri-

midos diários, agora são apenas três.”

O infectologista Alexandre Naime Barbosa, chefe do Departamento de Infectologia da Unesp, conduziu recentemente uma pesquisa com pacientes idosos e identificou que, quanto mais simplificada a terapia, maior é o conforto terapêutico e menores são os efeitos colaterais. “Os pacientes estão vivendo melhor e envelhecendo com HIV. Agora, precisamos desenvolver estratégias de geriatria para essa população”, avalia.

No ambulatório da Unesp, 56% dos pacientes têm mais de 50 anos. A expectativa de vida para quem segue o tratamento e consegue manter a carga viral indetectável é praticamente idêntica à do restante da população, diz Barbosa. Após décadas de avanços científicos, as mortes em decorrência da Aids tornaram-se raras, e também é cada vez mais comum que os pacientes atinjam a carga indetectável, condição que impede a transmissão do vírus. “A ciência só não conseguiu produzir uma vacina contra o preconceito.” •

Torneira aberta

ANÁLISE A farra das emendas sacrifica projetos prioritários em áreas como saúde, educação, ciência e tecnologia

POR CELSO PANSERA

No ano passado, o governo Lula pagou 31,5 bilhões de reais em emendas parlamentares, o maior valor da história para esse tipo de gasto. Para 2026, o Congresso Nacional destinou outros 61 bilhões do orçamento da União à mesma finalidade. A voracidade com que o Legislativo avança sobre as prerrogativas do Executivo, ao controlar recursos públicos de grande magnitude, fere o preceito da soberania popular, pilar central do regime democrático, na medida em que retira do governo parte significativa de sua autonomia para investir em áreas que considera prioritárias.

A falta de transparência, rastreabilidade e fiscalização na destinação das emendas, que podem ser individuais, de bancada ou de comissão – esta última modalidade uma herdeira direta do “orçamento secreto” – tem levado a questão com frequência às páginas policiais, em consequência de ações da Polícia Federal, que, por determinação do ministro Flávio Dino, vem dedicando atenção especial ao descontrole, aos desvios de finalidade na aplicação desses recursos e à prática de crimes propriamente ditos.

Para se ter uma ideia do prejuízo que áreas essenciais para o povo brasileiro e para o desenvolvimento do País vêm sofrendo com a hipertrofia das emendas parlamentares, deputados e senadores

aprovaram uma perda de 488 milhões de reais na verba destinada às universidades federais em 2026. Alvos de cortes orçamentários e bloqueios, as instituições de ensino superior veem-se forçadas a empregar recursos de emendas para cobrir despesas básicas de custeio. O bloqueio de verbas para viabilizar emendas parlamentares não poupa nem a educação básica, área sensível para a nação.

Como temos um Executivo comprometido com a educação, o governo anunciou, no último dia 18 de janeiro, a recomposição do orçamento das universidades e dos institutos federais. No total, mais de 900 milhões de reais serão direcionados a custeio, obras e bolsas de estudo: 488 milhões para manutenção das universidades, 218 milhões em obras do PAC e 230 milhões para a Capes. Só a UFRJ havia perdido 25 milhões em verbas de custeio com a Lei Orçamentária de 2026 apro-

O que se observa é a pulverização de recursos e a perda da capacidade de planejamento por parte do Executivo



vada pelo Congresso, mas esses recursos agora foram repostos pelo governo.

Na Ciência e Tecnologia, o decréscimo foi de 5% em relação ao ano anterior. O setor tem sido um dos mais afetados pelo contingenciamento orçamentário que o governo se vê forçado a determinar para financiar as emendas. Além das universidades, agências de fomento à pesquisa, como Capes e CNPq, sofrem cortes com frequência em seus orçamentos.

Na Saúde, embora tenha havido avanço em termos quantitativos na destinação de recursos para custear exames, cirurgias, medicamentos e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, passando de 254,1 bilhões para 271,3 bilhões de reais, a expansão das emendas impacta negativamente o planejamento do SUS. Mesmo com metade das emendas individuais sendo obrigatoriamente direcionada à



área, muito dinheiro é desperdiçado em projetos não prioritários e pulverizados nas bases eleitorais de parlamentares.

O volume de dinheiro público destinado ao pagamento de emendas parlamentares cresceu 90% nos últimos seis anos. No ano passado, 83,1% das emendas foram de natureza impositiva, aquelas que o governo tem obrigação legal de executar. Já as emendas discricionárias, não obrigatórias, não têm apresentado, por motivos óbvios, aumento significativo em quantidade e valor. Os defensores do atual protagonismo do Congresso Nacional no controle do Orçamento da União, algo sem paralelo na história do País, argumentam que o mecanismo confere agilidade à execução orçamentária e permite que os recursos cheguem rapidamente à ponta. Contudo, no modelo vigente, no qual até pouco tempo

ONGs ligadas a parlamentares eram contempladas, o que se observa é a pulverização de recursos e a perda da capacidade de planejamento por parte do Executivo.

Nessa toada, projetos estruturantes de longo prazo – vitais para o desenvolvimento econômico e social do País – dão lugar a um emaranhado de iniciativas de viés eleitoral dos parlamentares. Não que a destinação de emendas seja, em si, um instrumento de ação parlamentar condenável. O xis da questão é a ausência de garantias do melhor interesse público.

Em vários países, existem mecanismos que permitem aos legisladores alocar verbas para projetos específicos, mas nada se compara à volatilidade e ao volume de recursos envolvidos no caso brasileiro. Nos EUA, os congressistas dispõem dos chamados *Community*

De pires na mão. Com orçamento exíguo, as universidades federais agora dependem da boa vontade de parlamentares para liberar repasses

Project Funding, que, depois de anos suspensos, retornaram com regras rigorosas de transparência. Na Europa, o quadro é bem diferente, pois os parlamentares não possuem a prerrogativa de decidir individualmente sobre parcelas do orçamento, missão que cabe ao Executivo. Resta a deputados e senadores a possibilidade de aprovar emendas coletivas para alterar políticas públicas.

As últimas eleições municipais revelaram o poder de fogo eleitoral das emendas. A reeleição de cerca de 80% dos prefeitos indica que, independentemente de esses recursos terem sido usados para obras que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos, a propaganda sobre os “padrinhos” dessas verbas vem sendo feita com sucesso. É comum encontrar nas cidades brasileiras, dos grandes centros ao interior mais profundo, placas de agradecimento de prefeitos a parlamentares por terem conseguido recursos para determinada obra, cuja construção efetiva nem teve início.

Estamos em ano eleitoral. Estarão em disputa as 513 cadeiras da Câmara dos Deputados e dois terços do Senado, 54 assentos. É um momento privilegiado para que os candidatos comprometidos com a correta, justa e estratégica destinação dos recursos públicos, bem como com as prerrogativas do Executivo na gestão do orçamento, promovam esse debate com o eleitor. •

**Celso Pansera foi ministro da Ciência e Tecnologia, deputado federal e presidente da Finep. Atualmente, preside a Codemar, empresa de desenvolvimento da prefeitura de Maricá (RJ).*

Pioneiros da resistência

ARQUEOLOGIA Mapa do século XVII orienta pesquisadores na busca pelos mais antigos quilombos de Palmares

POR FABIOLA MENDONÇA

Símbolo da resistência dos africanos escravizados no Brasil, o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, pode ganhar novos contornos históricos. Pesquisa conduzida pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), indica que comunidades negras livres viviam de forma organizada nos municípios de Chã Preta, em Alagoas, e Correntes e Lagoa do Ouro, no Agreste pernambucano – localidades próximas a União dos Palmares, onde se situa a Serra da Barriga. A descoberta teve como ponto de partida documentos manuscritos no século XVII por cronistas da época, corroborados por mapas históricos encontrados recentemente na biblioteca da Universidade Harvard, nos Estados Unidos, que fazem referência ao período da ocupação holandesa no Nordeste.

De acordo com o arqueólogo Flávio Moraes, coordenador da pesquisa e professor da Ufal, os escritos dos cronistas subsidiaram os pesquisadores na reconstrução dos percursos que levavam aos possíveis quilombos. Os documentos descrevem tanto a organização das comunidades negras nesses terri-

tórios quanto as rotas usadas pelos exploradores do regime para chegar aos locais, sequestrar seus habitantes e escravizá-los, como ocorria com grande parte dos negros na época.

“Foi a partir daí que pudemos fazer interpretações para traçar esses percursos e chegar nos possíveis locais onde seriam as concentrações de mucambos, como eles definiam, e que nós chamamos de quilombos. Nos textos, eles descrevem que as incursões tinham o objetivo de desmobilizar e destruir essas comunidades”, explica Moraes. “Fizemos todo o percurso mencionado nos textos e, depois, uma espécie de conversão daquilo que eles chamam de milhas, e outras formas de designar as distâncias, para quilômetros”, completa, explicando que os mapas encontrados em

O documento foi descoberto recentemente em uma biblioteca da Universidade Harvard, nos EUA

Harvard confirmaram o que já estava posto pelos cronistas holandeses.

Na terça-feira, dia 20, os pesquisadores deram início ao trabalho de campo, a primeira fase do estudo, que eles chamam de prospecção. Antes, porém, a equipe já havia feito o reconhecimento desses territórios e identificado algumas alterações que aparentemente indicavam as paliçadas e os fossos, estruturas de proteção dos quilombos. O objetivo agora é confirmar esses achados por meio de uma exploração mais detalhada, incluindo pequenas aberturas no solo.

“Na arqueologia, prospecção é a identificação e a caracterização do local para sabermos, por meio de evidências, qual é a dimensão da área, qual é a profundidade que os materiais se encontram, se estão próximos ou distantes da superfície”, diz Moraes. A previsão é de que essa primeira fase seja concluída até setembro deste ano. A etapa seguinte será a escavação ampla e sistemática, quando o foco será identificar como viviam aquelas pessoas. “Estamos bem esperançosos, mas, como a arqueologia é uma ciência de evidência, a gente não precisa só achar, precisa confirmar a existência.”

A pesquisa terá duração de 18 meses, com financiamento inicial de 300 mil reais da Fundação Cultural Palmares, um valor modesto diante da importância do tema. Guilherme Bruno, coordenador-geral do Centro de Informação e Acervo da Memória e da Cultura Afro-brasileira da Palmares, destaca que o estudo será desenvolvido por pesquisadores brasileiros e privilegia bolsistas negros. “Queremos fomentar a pesquisa de qualidade acadêmica que tenha o propósito de contar a história afro-brasileira a partir de uma cosmovisão própria e não eurocêntrica”, salienta.

Segundo ele, a expectativa é que o trabalho traga evidências materiais que res-

gatem objetos do passado e contem como essas pessoas viviam. “Nossa expectativa é que seja encontrada uma materialidade que resgate objetos do passado, que conte como foi essa história, para que a gente tenha consciência de que essas pessoas levavam vida muito complexa, cheia de desafios e obstáculos. A impressão que se tem quando lemos um livro de história é que essas pessoas eram fracas, estavam subjugadas, já nasceram escravas, quando, na verdade, elas foram sequestradas, torturadas e privadas de liberdade. A única forma de enfrentar isso era por meio da resistência organizada, com toda a questão da preservação de suas culturas e suas religiões.”

Flávio Moraes corrobora os argumentos de Bruno e lembra que a historiografia brasileira é hegemônica ao colocar o negro no lugar de escravizado, destinando-o à senzala e invisibilizando a cultura material desses povos, que também viviam em espaços de liberdade e resistência. “Essa pesquisa dará uma grande contribuição para o entendimento do lugar do negro na nossa história. Como resposta a toda essa estrutura racista que foi construída e que o coloca na condição de uma figura inferior, a gente vai tentar apresentar à sociedade que essa população também viveu em espaços de felicidade, de liberdade, de resistência, claro, com as angústias da perseguição que existiam naquele tempo histórico, mas que podia desenvolver suas atividades ali de forma livre”, defende.

“Na historiografia, não se contesta a existência de Palmares. Agora, do ponto de vista arqueológico, não temos evidências materiais que nos ajudem a entender de forma clara e detalhada como eles comiam, como viviam, como dormiam, como eram suas casas, como eram seus espaços de rituais de sepultamento. É isso que a gente quer descobrir”, conclui o arqueólogo. •



Em ação. Com base na planta cartográfica e em relatos de cronistas holandeses, os arqueólogos iniciaram o trabalho de prospecção em campo na terça-feira 20

Arena decisiva

ENTREVISTA A esquerda precisa unir-se para frustrar o plano bolsonarista de dominar o Senado, diz Áurea Carolina

A educadora popular e cientista política Áurea Carolina fez um movimento inesperado em 2022, quando encerrou seu mandato de deputada federal sem tentar a reeleição, mesmo após uma votação expressiva. Não foi uma escolha fácil, mas necessária para se recompor, avalia. A experiência no Congresso foi marcada por “um custo pessoal enorme”. Durante o mandato, sofreu tanta violência política, associada a questões raciais e de gênero, que decidiu se afastar. Passados quatro anos, a ex-deputada sentiu que ainda tinha a contribuir com a política institucional e recentemente anunciou seu retorno ao PSOL. Pré-candidata ao Senado, a dirigente falou, em entrevista à repórter **Mariana Serafini**, sobre os desafios eleitorais para 2026 e a dificuldade do campo progressista de formar novas lideranças. A íntegra, em vídeo, está disponível no canal de *CartaCapital* no YouTube.

CartaCapital: O que a motiva a voltar para a disputa eleitoral?

Áurea Carolina: Tomei essa decisão após olhar para a minha trajetória e refletir sobre meus aprendizados. Foi uma experiência de conquistas e realizações fantásticas que me trouxe um custo pessoal enorme. Fui mãe durante o exercício do mandato de deputada,

na auge da pandemia, sob o governo Bolsonaro. Havia ainda uma conjuntura de violência política de gênero e racial, com constrangimentos e ameaças frequentes. Ponderei tudo isso e decidi dar uma pausa, porque a política institucional não representa toda a minha construção como lutadora popular. Mas veio aquele sentimento de que eu ainda tinha mais para contribuir. Hoje, sinto-me mais fortalecida. Além disso, é fundamental termos lideranças engajadas, dispostas a enfrentar a investida da extrema-direita contra as instituições democráticas – e o Senado é, sem dúvida, um dos principais alvos neste momento.

CC: Qual é a estratégia do campo progressista para neutralizar essa investida da extrema-direita e ampliar a presença da esquerda no Senado?

AC: É necessário um esforço para colaborar e formar coalizões dentro do nosso campo. Em geral, a população acompanha pouco o que acontece no Senado. É uma instituição muito

tradicional, de representação dos estados. Penso que o campo progressista, ao se colocar de forma colaborativa, num espírito de ganha-ganha – já que são duas vagas –, consegue fortalecer mutuamente as candidaturas de diferentes partidos. Não podemos subestimar a estratégia da extrema-direita de corroer as instituições por dentro. Isso já é demonstrado globalmente: governos autoritários chegam pelo caminho eleitoral, a partir do voto, mas depois governam contra as Constituições e contra a soberania popular. E, aqui no Brasil, esse risco permanece altíssimo.

CC: Por que a esquerda enfrenta tanta dificuldade de formar novos líderes?

AC: Esse trabalho é parte indissociável do projeto de disputar eleições. A “Gabinete”, nosso mandato coletivo na Câmara Municipal de Belo Horizonte, revelou outras lideranças. A expansão do projeto mostra que o caminho não é a repetição da lógica personalista, tão comum e criticada, inclusive no campo progressista. Muitos políticos se perpetuam nos cargos sem gerar ganhos ou avanços e sem permitir que novos rostos apareçam. É fundamental haver alternância de poder. E, como costuma dizer Érica Malunguinho, não uma alternância qualquer, mas sim com novos métodos e experiências, buscando sempre aprofundar e radicalizar a democracia.

CC: A senhora não disputou eleições em 2022, mas trabalhou na campanha da deputada Célia Xakriabá, que era sua assessora de gabinete. Quais são os desafios para fomentar novas lideranças femininas?

AC: Os desafios estão tanto na lógica do sistema quanto na cultura política. O Brasil possui uma tradição política autoritária e patrimonialista. A novidade da presença de mulheres e pessoas negras, que não correspondem ao tradicional perfil do homem branco, empresário

“Nós não podemos subestimar a estratégia da extrema-direita de corroer as instituições por dentro”, alerta

e herdeiro, é algo que mostra o amadurecimento da sociedade brasileira. O exercício do poder exige decisão de compartilhamento e, por mais desafiador que seja, é preciso abrir mão do protagonismo para permitir uma presença mais coletiva. No nosso campo, existe pressão para for-

talecer mulheres com condições de competir, garantir recursos, financiamento eleitoral e espaço decisório dentro das legendas. Mesmo partidos progressistas ainda não têm enfrentado a violência política de gênero e racial com o empenho necessário.

CC: Como se manifesta a violência política dentro dos partidos, entre os pares?

AC: Essa violência tem como pano de fundo a disputa por protagonismo e pelo acesso aos recursos controlados pelas direções partidárias. Se os partidos funcionam como uma espécie de cancela, que permite ou não o ingresso ao sistema político, precisamos exigir mecanismos mais democráticos internamente. Não basta destinar uma pequena verba para apoiar mulheres em processos de formação. É preciso paridade de gênero e racial nas decisões. As legendas devem assumir responsabilidades claras no enfrentamento à violência política de gênero e racial, com ações efetivas e prestação de contas. É urgente mudar as regras do jogo.

CC: Como foi esse período em que a senhora esteve afastada da política institucional?

AC: Minha maior felicidade nesse período foi estar na ponta, participando de processos de educação popular. Mas também senti um chamado para ajudar a fortalecer esse espaço institucional, porque não existe uma ruptura: a luta na sociedade civil precisa ter continuidade nas instituições. Ao fazer um balanço, percebi que essa experiência foi tão penosa que me sinto convocada a tornar esse caminho menos difícil para quem virá depois. Tem uma frase da Conceição Evaristo que gosto muito: “O interessante não é ser a primeira, é abrir caminhos”. Meu clique foi perceber que, nos últimos anos, ajudei a tecer uma coalizão brasileira de fortalecimento de mulheres progressistas na política institucional. Agora me sinto num bom momento para retornar. Custou tanto avançarmos que não podemos retroceder. •

Retorno às urnas. Após desistir da reeleição em 2022, a ex-deputada se coloca como pré-candidata ao Senado. “Ainda tenho muito a contribuir”, avalia



Radarm de tubarões

LITORAL Pernambuco retoma, após 11 anos, projeto para monitorar os animais nas praias da Grande Recife

Estado com o maior número de ataques de tubarões do Brasil, Pernambuco voltará a monitorar esses predadores nas praias da Região Metropolitana do Recife, área que concentra a maioria dos casos registrados. É o que prevê um edital lançado este mês pelo governo estadual, cujas inscrições seguem abertas até o início de março. Em 9 de janeiro, a advogada Tayane Dalazen foi mordida por um tubarão-lixo durante um mergulho em Fernando de Noronha, arquipélago que já conta com esse tipo de controle. Com duração de 24 meses, o projeto terá investimento de 1 milhão de reais e atuará em 33 quilômetros de litoral entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho, onde está situado o Porto de Suape, e Olinda, abrangendo também as praias de Boa Viagem e Piedade, locais onde os incidentes são mais frequentes. A previsão é de que o programa comece a ser executado a partir de maio deste ano, 11 anos após ter sido interrompido, em 2015.

Entre 1992 e janeiro deste ano, foram registrados 81 ataques de tubarões em Pernambuco, sendo 67 no litoral continental e 14 em Fernando de Noronha, resultando em 26 mortos e 55 feridos. Segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, o monito-

ramento permitirá desenvolver campanhas de conscientização para o uso seguro das praias. O controle das espécies será realizado por meio de redes acústicas, telemetria e sistemas de alerta quase em tempo real, utilizando abordagens não letais, baseadas em evidências científicas e comunicação preventiva. De acordo com o engenheiro de pesca Paulo Oliveira, professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), o trabalho consiste na captura do animal, que será marcado e devolvido ao mar. Os tubarões receberão *chips*, que serão identificados por receptores submersos ao longo do trecho monitorado.

O projeto também prevê a integração de dados com modelagem oceanográfica e sensoriamento remoto de variáveis ambientais, envolvendo não apenas pesquisadores, mas também comunidades pesqueiras, usuá-

rios do litoral e equipes operacionais. A partir disso, serão criadas plataformas digitais integradas para análise, visualização e comunicação preventiva. “Quando a gente fala em monitoramento, está querendo desvendar o comportamento de vida do animal, neste caso dos tubarões. O pulso emitido com a marcação pode ser captado por estações dentro d’água, fazendo com que, sempre que esse animal, em seu deslocamento, passar próximo aos receptores, os equipamentos transmitam a informação de que ele passou ou está naquela região”, explica Oliveira, acrescentando que esse acompanhamento será capaz de identificar, por exemplo, os horários e épocas do ano em que eles estarão mais próximos ou afastados da costa.

“**Todas essas** informações serão repassadas à população, para que os banhistas utilizem o mar de forma mais consciente. Os dados também devem subsidiar políticas públicas voltadas para a educação ambiental”, diz o pesquisador. Com base nas informações levantadas, a Secretaria de Meio Ambiente, de Sustentabilidade e de Fernando de Noronha pretende criar o Plano de Ação Estadual para Pesquisa e Monitoramento de Tubarões em Pernambuco. “O monitoramento na Região Metropolitana é essencial para entendermos melhor o comportamento desses animais, proteger o ambiente marinho e garantir mais segurança para a população”, afirma o secretário Daniel Coelho. “Ao levar a ciência para o centro da gestão pública, o governo reforça o compromisso com decisões responsáveis, que salvam vidas, preservam a natureza e promovem uma convivência mais harmônica entre seres humanos e tubarões.”

Segundo Oliveira, dentre as espé-

Com 81 ocorrências desde 1992, o estado concentra cerca de 60% dos ataques registrados no País



Conscientização. O objetivo é reforçar as ações de prevenção nos locais onde os predadores são identificados

cies mais comuns de tubarões no litoral pernambucano, as mais agressivas e predadoras são o tubarão-tigre e o cabeça-chata. “Apesar de incidentes com tubarões não serem fenômenos exclusivos de Pernambuco, é importante explicar que esses episódios ocorrem devido a questões específicas de cada local. A grande maioria está associada à degradação generalizada dos ecossistemas costeiros, deixando o oceano inadequado para esses animais viverem”, destaca o engenheiro de pesca. É o caso do Porto de Suape, em Pernambuco. “Tínhamos um estuário que foi impactado, houve supressão da vegetação.”

Fazendo um paralelo com outras regiões que possuem grandes empreendimentos, mas não registram incidentes com tubarões, o pesquisador explica que fatores oceanográficos, como o relevo da topografia submarina, também podem atrair os animais para a beira da praia, aproximando-os de áreas frequentadas por banhistas. “As praias do Recife e da Região Metropolitana têm como característica serem profundas, mesmo próximas à costa, o que acaba servindo de corredor para várias espécies de peixes, inclusive tubarões, em seus processos de migração e alimentação”, diz, citando a Praia de Boa Viagem, onde, na maré alta, é comum a presença de tubarões logo após os corais, que ficam na beira da praia. “Esta é uma região muito profunda, mesmo situada logo após a primeira linha de recifes, bem perto de onde os turistas costumam tomar banho.” •

– Por Fabíola Mendonça

Bolha pastoral

ANÁLISE Como a curadoria religiosa e o algoritmo distorcem indicadores do governo Lula e sustentam o bolsonarismo

POR JOHNNY CAMELLO*

Há um fenômeno político que muita gente insiste em tratar como briga de valores – e aí erra o diagnóstico e a terapia. O que está em jogo no Brasil não é só “direita *versus* esquerda”, nem “fé *versus* ciência”. É algo mais básico e mais perigoso: uma guerra sobre quais fatos contam. Quando uma sociedade perde a capacidade de reconhecer uma realidade minimamente compartilhada, a governança entra em colapso. Não por falta de leis, nem por ausência de tecnologia, nem por déficit de moralidade pública. Colapsa por falha cognitiva. O sistema coletivo deixa de perceber, interpretar e decidir sobre o mesmo mundo. A política vira disputa sobre o chão do real.

Aqui entra um ponto decisivo do Brasil contemporâneo: segmentos do ecossistema religioso politizado alinhado ao bolsonarismo, articulados por lideranças midiáticas e amplificados por plataformas, funcionam como uma infraestrutura de percepção paralela. Não é um “complô da fé” contra a razão. É uma arquitetura. Autoridade religiosa somada a algoritmos de engajamento, produzindo um filtro de agenda, um enquadramento moral e uma seleção de evidências que torna certos dados irrelevantes dentro daquele circuito.

Antes de qualquer tese, um fato, evangélicos não são minoria residual. Segundo o Censo 2022 do IBGE, correspondem a

26,9% da população brasileira. É um contingente de dezenas de milhões, com capilaridade social e poder organizacional real. Politicamente, isso é infraestrutura. Pesquisas recentes mostram que a fratura é estatisticamente visível no recorte religioso. Levantamentos recentes de Paraná Pesquisas, PoderData e Genial/Quaest registram desaprovação majoritária do governo Lula entre evangélicos, com aprovação em torno de 30% e rejeição próxima de dois terços, enquanto entre católicos o padrão é significativamente menos negativo. O ponto crucial não é “quem aprova quem”, mas a divergência de critérios: uma parte do País passa a operar num regime de interpretação em que indicadores públicos, resultados administrativos e fatos verificáveis pesam pouco diante de narrativas de ameaça moral.

A questão não é apenas que esse público pensa diferente. É que ele é frequentemente exposto a um conjunto diferente de “provas”. E isso muda tudo. A guerra de critérios funciona assim. Primeiro, a autoridade pastoral opera como curadoria. Em comunidades religiosas, con-

fiança é capital social. O pastor, mediador de sentido, define o que merece atenção, o que é ameaça e o que é “do mundo” ou “de Deus”. Quando acoplada a um projeto político, essa mediação vira filtro informacional, seleciona o que entra no visível e rebaixa, relativiza ou demoniza o que contraria a narrativa.

Segundo, as plataformas amplificam o que excita. Redes sociais não espelham a sociedade, otimizam cliques. O que ganha visibilidade não é o mais verdadeiro ou útil, mas o mais indignante e mobilizador. Isso favorece molduras absolutas – “bem *versus* mal”, “cristãos *versus* inimigos”, “povo *versus* sistema” – porque produzem reação rápida e fidelidade identitária.

Terceiro, a moralização vira substituto de verificação. A arena pública deixa de brigar por prioridades, *trade-offs* e evidências e passa a brigar por inimigos. Nesse regime, um dado pode ser verdadeiro e ainda assim irrelevante, porque a régua deixa de ser a realidade e passa a ser o pertencimento. O resultado é uma fratura cognitiva: melhora material pode coexistir com percepção de colapso, porque o sistema de seleção e interpretação é outro – fatos são aceitos ou rejeitados pelo “sinal” moral que carregam. Isso tem consequências institucionais. Sem acordo mínimo sobre o que é fato, governar vira administrar conflitos ontológicos. A execução trava: pactos não se formam, reformas viram reféns de chantagens simbólicas e qualquer coordenação nacional esbarra numa parcela do público que rejeita os parâmetros básicos de avaliação.

Os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 ilustram o risco. Quando se consolida a crença de ilegitimidade essencial do adversário – e a realidade é filtrada como guerra –, a passagem do discurso à ruptura institucional fica mais curta. Tratar esse ecossistema apenas como “fanatismo”

O pastor, mediador de sentido, define o que merece atenção



é confortável e insuficiente. O mecanismo é terreno: capilaridade comunitária, autoridade de curadoria e arquitetura algorítmica de amplificação, uma engenharia social distribuída, com efeitos previsíveis. O que fazer com isso? A resposta séria não é atacar “a fé”, nem demonizar evangélicos, nem achar que bastaria “comunicar melhor” para dissolver a fratura. A resposta passa por reconstruir condições mínimas de realidade compartilhada – e isso é trabalho institucional, não retórico.

Algumas linhas são óbvias e, por isso, impopulares: transparência e rastreabilidade do ecossistema informacional. Quando a percepção pública é mediada por plataformas, a sociedade precisa auditar fluxos de desinformação, redes de

Multiverso. Os evangélicos estão expostos a um conjunto diferente de “provas”. O problema é mais grave do que a simples falta de comunicação

amplificação e incentivos de monetização do conflito. Isso não é censura, é governança democrática de infraestrutura. Contestabilidade: cidadãos precisam de meios simples para confrontar afirmações virais com dados públicos confiáveis. Não adianta ter dados, é preciso torná-los visíveis, compreensíveis e utilizáveis. Alfabetização midiática e institucional: a democracia depende de cidadãos que distingam crença, opinião e evidência. Isso não se resolve com marketing, mas com educação cívica e política públi-

ca. Redução do “vácuo administrativo”: quando o Estado falha em entregar, curadorias paralelas ocupam o espaço. Execução eficiente, serviços funcionando e capacidade administrativa são antídotos reais contra narrativas de decadência total. Nada disso é simples, mas o diagnóstico correto é metade do caminho.

O Brasil não está apenas dividido por ideologias. Está dividido por infraestruturas cognitivas. E, enquanto isso for tratado como briga de opinião, não como problema de governança, seguiremos discutindo o volante enquanto o carro perde a estrada. •

**Doutor em Ciência Política pelo ISCTE-IUL, de Lisboa, pesquisador de governança digital e participação democrática.*



Armas para não usar

DEFESA A produção do submarino nuclear e de mísseis, estratégica para desencorajar ataques externos, derrapa na austeridade fiscal

POR CARLOS DRUMMOND

O sequestro do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, e a tomada da produção petrolífera do país pelos EUA despertaram temores no Brasil. Uma pesquisa da Quaest revelou que 58% dos brasileiros temem que algo semelhante ocorra aqui, e Lula chegou a convocar uma reunião com os chefes militares e o ministro da Defesa para discutir a situação. O problema é amplamente conhecido: o aparato de defesa brasileiro carece de autonomia produtiva, sofre com a escassez de equipamentos e apresenta defasagem tecnológica, com raras exceções. O investimento é baixíssimo, dependente de fornecedores estrangeiros e acaba prejudicado por uma austeridade fiscal radical, que limita compras do governo e direciona o rumo da economia. Esse é o panorama delineado por economistas e levantamentos sobre o setor.

“De 2003, no primeiro governo Lula, até 2020, o Brasil destinou 1,4% do PIB à defesa, mas essa parcela caiu e hoje gira em torno de 1,1%. No mesmo período, os demais países aumentaram seus investimentos no setor, e agora o País sente o impacto do que aconteceu na Venezuela”, ressalta o economista Marcos José Barbieri Ferreira, coordenador do Laboratório de Estudos das Indústrias Aeroespaciais e de Defesa da Unicamp.

Antes da guerra na Ucrânia, prossegue o economista, a média mundial de gas-

tos com defesa estava entre 2,2% e 2,3% do PIB dos países. Algumas estimativas apontam uma elevação para cerca de 2,5% nos últimos anos.

Quando se considera o investimento, o quadro no Brasil torna-se ainda mais preocupante. A maior parte do orçamento é destinada ao pagamento dos soldos das tropas, fardamento, alimentação e manutenção das instalações. Apenas 8,8% do total de 1,1% do PIB gasto com defesa vai efetivamente para a aquisição de equipamentos. Já os países da Otan, mesmo antes da guerra na Ucrânia, destinavam ao menos 2% do PIB à defesa, sendo 20% desse valor aplicados em investimentos.

A principal causa do problema, sublinha Ferreira, são os excessos da política de austeridade fiscal, que deixa o governo sem alternativa senão cortar investimentos. “O ponto-chave é este: gastamos pouco em defesa em relação aos países democráticos desenvolvidos. Espanha, França,

Suécia, Portugal e Itália desembolsam o dobro do que o Brasil gasta. Se o País adotasse diretrizes semelhantes, o investimento passaria de 8% para ao menos 24% do total dos gastos com defesa.”

Analistas do setor destacam que o primeiro dos três lotes de 36 caças ainda não foi entregue à Aeronáutica. Estimam que o País conte hoje com cerca de dez caças modernos operacionais e alguns submarinos convencionais, entre outros equipamentos. É pouco. Para um país continental como o Brasil, ter três ou quatro submarinos nucleares e cem caças modernos não seria exagero. Seriam necessários ainda investimentos em mísseis e drones, mas os recursos simplesmente não existem.

A meta não é a construção de um poder bélico capaz de rivalizar com o das grandes potências, mas a constituição de capacidade dissuasória, isto é, de equipamentos capazes de impor perdas relevantes aos agressores e levá-los a pensar duas vezes antes de atacar o País. Em outras palavras, eles não existem para ser usados, mas para desencorajar o adversário a atacar.

Os principais dispositivos dissuasórios são sistemas nucleares como a bomba atômica, mísseis de longo alcance e sistemas antidrone. O Brasil possui tecnologia e urânio, mas assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear em 1998. Como observa o colonista Paulo Nogueira Batista Jr., países como Líbia, Síria, Iraque e Afeganistão integram a lista recente de nações ataca-

O gasto em defesa caiu de 1,4% do PIB, entre 2003 e 2020, para apenas 1,1%. Uma ínfima parte vai para investimentos



Ativos brasileiros. O primeiro submarino movido a propulsão nuclear sairá do estaleiro apenas em 2034. O cargueiro KC-390 Millennium, desenvolvido pela Embraer, é um sucesso mundial de vendas, mas trata-se de uma exceção no setor



das pelos EUA, sem possuírem bomba atômica, enquanto a Coreia do Norte, que desenvolveu o artefato, não foi atacada.

O equipamento de dissuasão mais potente em construção no Brasil é o submarino com propulsão nuclear, mas equipado apenas com mísseis convencionais. Ele pode permanecer submerso por longos períodos e surgir de surpresa, mas só deve entrar em operação em 2034, segundo a Marinha. Já o míssil de longo alcance poderia estar em produção plena, não fosse a delicada situação financeira da Avibras, fabricante do AV-TM 300, míssil tático de cruzeiro desenvolvido para o Exército e considerado o mais avançado da América do Sul, tanto em precisão quanto em alcance, superior a 300 quilômetros.

O atraso na produção de equipamentos de dissuasão pode custar caro ao País, pois “tudo pelo qual o mundo briga nós temos aqui”, destacou o ministro da Defesa, José Múcio, ao defender o aumento de investimentos no setor. A principal empresa de defesa, a Embraer, cuja capacidade é 80% voltada à aviação civil, já figurou entre as cem mais importantes do mundo no setor militar e produz o KC-390, referência global em transporte militar. Mas trata-se de uma exceção.

“A necessidade mais urgente da indústria de defesa brasileira é avançar de forma consistente rumo à autossuficiência em matérias-primas estratégicas e em tecnologia de ponta. As mudanças geopolíticas na América Latina e no cenário global evidenciam que depender de cadeias externas para insumos críticos, componentes sensíveis e conhecimento tecnológico limita a soberania, a previsibilidade e a competitividade do País”, alerta João Eduardo Dmitruk, presidente da Câmara Setorial de Máquinas, Equipamentos e Componentes do Setor de Defesa e Segurança da Abimaq. Ele acrescenta um alerta importante: “É fundamental promover uma mudança de mentalidade. O Brasil precisa deixar de ser predominantemen-



Orgulho. O míssil tático produzido pela Avibras é o mais avançado da América do Sul por sua precisão e alcance

te comprador de sistemas de defesa e consolidar-se como desenvolvedor e exportador de produtos e soluções de defesa”.

Elaine Rodrigues, presidente da consultoria ConnecTree, alerta que “qualquer dependência externa – econômica, industrial ou tecnológica – torna a defesa intrinsecamente vulnerável”. Além disso, uma nação sem um plano de segurança efetivo e exequível também se encontra em posição frágil. São aspectos cruciais “diante de um cenário geopolítico global cada vez mais dinâmico e imprevisível”.

No momento em que a principal ameaça à segurança do País e do mundo vem de um antigo aliado do Brasil, ganha peso o alerta do economista e técnico do Ipea Pedro Silva Barros: “Precisamos diminuir nossa dependência dos EUA, reforçando

nossa autonomia”. Essa preocupação se refletiu, por exemplo, na escolha do Exército pelo sistema de defesa antiaérea italiano Enhanced Modular Air Defense Solutions (EMADS), que permite escapar de boicotes e restrições dos EUA e da Alemanha.

Autor de um estudo sobre o tema, Barros ressalta que “a concentração das relações de defesa em uma única potência traduz-se em subordinação ou vulnerabilidade. Isso vale para os equipamentos, a doutrina e as interações”. De forma concreta, acrescenta o economista, o Brasil deve buscar agendas positivas e equidistantes com os principais polos de poder – EUA, China e Europa – e priorizar a integração regional.

Se queremos manter nossa região como zona de paz, precisamos refletir esses valores em nossa política, estratégia e ações de defesa, avalia Barros. É igualmente importante fortalecer relações com países que compartilham posições semelhantes às do Brasil. Um exemplo é a Turquia, que participa da Otan, é parceira da Organização de Cooperação de Xangai e, nos últimos anos, ampliou sua capacidade de defesa, expandindo a produção doméstica e diversificando seus parceiros.

“No nosso entorno, a prioridade é recuperar a integração regional em defesa e consolidar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, criada após a Guerra das Malvinas, apesar das reservas e oposição de Estados Unidos, Reino Unido e França”, propõe o economista. •

Os países da Otan, mesmo antes da guerra na Ucrânia, gastavam ao menos 2% do PIB com defesa e 20% disso em investimentos

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação
especializado em bens de consumo



Baterias carregadas

► Empresa gaúcha amplia a rede de eletropostos

O Grupo Farroupilha, *holding* gaúcha com faturamento de 500 milhões de reais e 32 postos tradicionais, vem redesenhando seu negócio com a Esquina do Futuro, rede de eletropostos estruturados focada em recarga rápida e conveniência completa. Fundado a partir da reativação de antigos postos no Rio Grande do Sul, o grupo consolidou relações com grandes distribuidoras e criou marcas próprias de conveniência, como a Alegrow, agora usadas como âncoras dos novos *hubs* de mobilidade elétrica.

O plano prevê investimentos que podem superar 10 milhões de reais por unidade, com capital destinado à infraestrutura elétrica reforçada, múltiplos pontos de recarga e áreas de serviços, em um modelo de operação própria, em vez de simples locação de carregadores em terceiros. A rede adquiriu mais de 50 carregadores rápidos e ultrarrápidos, com potências que vão de 40 a 80 quilowatts por ponto, capazes de levar a bateria de 20% a cerca de 80% em até 60 minutos.

A próxima etapa será a instalação, em Porto Alegre, da estação de recarga mais potente em uso no País, um High Power Charger de 480 quilowatts fornecido pela WEG, em parceria com a integradora Tupi. A solução consegue alimentar até quatro veículos simultaneamente, com potência dinâmica por conector que pode chegar a 400 kW, permitindo recargas completas em perto de 15 minutos em alguns modelos.

A recarga rápida se diferencia dos pontos lentos domésticos por operar em cor-

rente contínua de alta potência, por meio de cabos refrigerados e gestão eletrônica para entregar grandes quantidades de energia em pouco tempo, sem comprometer a segurança. O sistema monitora a temperatura, isola falhas e ajusta a potência em tempo real conforme a capacidade da bateria, o que exige investimentos robustos em cabine de potência, transformadores e proteção elétrica.

Tijolo por tijolo

O Minha Casa, Minha Vida encerrou 2025 com resultados recordes, superando com folga as metas traçadas no relançamento do programa. Desde 2023, foram contratadas mais de 1,9 milhão de unidades habitacionais, número próximo dos 2 milhões de moradias projetadas para o fim de 2026. Somando financiamentos e unidades subsidiadas, o triênio recente supera 1,3 milhão de famílias efetivamente atendidas.

O impacto financeiro também é alentado. Apenas em 2025, o MCMV operou com um orçamento em torno de 180 bilhões de reais, ajudando o total investido desde 2023 a ultrapassar a marca de 300 bilhões de reais em habitação popular. Os recursos transformaram o programa no principal motor da construção civil, impulsionando canteiros de obras em todas as regiões e contribuindo para a criação de cerca de 3 milhões de empregos formais no setor. A maior parte dos beneficiários está nas faixas de menor renda, com prioridade para famílias que ganham até 4,7 mil reais mensais e que concentram mais de 661 mil unidades contratadas até o início de dezembro de 2025.

Chineses no DF

A BYD e a GWM fecharam 2025 como protagonistas no Distrito Federal, on-

de os carros chineses assumiram a liderança nas vendas de veículos novos e, em alguns recortes, responderam por em torno de um quinto dos emplacamentos, à frente de marcas tradicionais. No varejo da capital federal, a participação da BYD supera 19% e consolida a preferência local por híbridos e elétricos, segmento no qual a marca lidera com folga. No Brasil como um todo, o mercado de automóveis e comerciais leves somou 2,55 milhões de unidades emplacadas em 2025, alta de 2,6% sobre o ano anterior. O ranking nacional segue dominado por Fiat, Volkswagen e Chevrolet, que venderam 533.710, 436.297 e 275.965 veículos, respectivamente, concentrando quase metade das novas unidades licenciadas no País.

Ni hao, Ford

A Ford está em negociações avançadas com a BYD para o fornecimento de baterias destinadas a modelos híbridos. Após reduzir investimentos em elétricos puros e registrar um impacto contábil de 19,5 bilhões de dólares ligado a projetos cancelados, a companhia busca uma solução mais flexível e de menor custo para manter presença no segmento. Pelo desenho discutido, a BYD fornecerá baterias para fábricas da Ford fora dos Estados Unidos, em países como Alemanha, Espanha, Tailândia e Turquia, driblando parte da pressão política doméstica contra a dependência de tecnologia chinesa. O acordo, ainda não concluído, aproxima a montadora norte-americana de um dos líderes globais em baterias e carros elétricos, fortalecendo sua oferta de híbridos quando a transição energética se torna mais gradual e pragmática. •

redacao@cartacapital.com.br

Se queres a paz...

VULNERABILIDADE A situação atual requer ação. Urgente. Bem planejada. Destemida

POR JOSÉ MAURÍCIO BUSTANI E PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.*

Vivemos atualmente uma fase de imensos riscos no mundo inteiro. Desde a Segunda Guerra Mundial, não se via um quadro geopolítico e militar tão perigoso.

A fonte principal de instabilidade, ameaças e agressões é conhecida. Seria um equívoco, entretanto, atribuir a Donald Trump a responsabilidade exclusiva pelo que vem ocorrendo. Antes pudéssemos fazê-lo. Trump é passageiro. Mas o problema é de natureza estrutural e será, portanto, mais duradouro.

A tradição imperial dos Estados Unidos

Duas observações. Primeira: o desprezo do Império Norte-Americano pela ordem internacional não é de hoje e vem se manifestando sob diversas formas, inclusive e até na direção de organizações internacionais, ao orquestrar o afastamento do primeiro diretor-geral da Organização para a Proibição das Armas Químicas (Opaq). E as invasões do Iraque, da Líbia e da Síria, entre outras, ocorreram sempre com base em alegações forjadas, impostas ao resto do mundo como verdades.

Não nos esqueçamos de que abusos e violências ocorreram também durante governos democratas. O Império não dá trégua. Já Dwight Eisenhower denunciava o temível poder do “complexo militar-industrial”. Mais recentemente, tornou-se de uso corrente a expressão Deep

State (Estado Profundo), constituído pelo Departamento de Estado, o Pentágono, o FBI, a CIA, a indústria armamentista, a imprensa corporativa e poderosos grupos financeiros. O Deep State atua sob qualquer presidência e, de fato, manobrou o leme de Clinton, Obama e Biden tanto como o dos presidentes republicanos.

Antes de Trump, porém, a ação imperial era protegida por retórica e hipocrisia – a hipocrisia que, como escreveu La Rochefoucauld, é “a homenagem do vício à virtude”. Trump é contra a hipocrisia. Quando atacou a Venezuela, por exemplo, disse com franqueza que o seu objetivo era “administrar” o país e passar a controlar o petróleo venezuelano. Em governos anteriores, operações semelhantes eram justificadas por preocupações com direitos humanos e democracia.

Segunda observação: o fenômeno Trump deve ser visto como a reação de uma superpotência em declínio, que já não consegue manter a sua hegemonia global com base na competição econômica, de forma ordeira, obedecendo as regras do

**Trump é passageiro.
Mas o problema é de
natureza estrutural
e será, portanto,
mais duradouro**

jogo. O governo Trump está desmontando por completo a arquitetura internacional que os próprios Estados Unidos construíram depois da Segunda Guerra Mundial.

Já não podemos nos enganar: dispondo do maior poderio militar do planeta, o titubeante *hegemon* está disposto a utilizá-lo para impor cruamente sua vontade. Recusa-se a acomodar seus interesses ao quadro jurídico consagrado num mundo crescentemente multipolar. Foi-se para não voltar o Olimpo no qual viveu sozinho após o desmanche da União Soviética, cenário internacional em que a China mantinha ainda presença discreta.

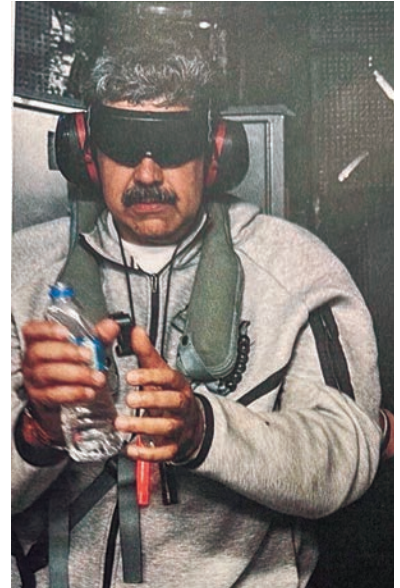
No entanto, os Estados Unidos resistem ferozmente a adaptar-se a essa nova realidade mundial. Agora nervoso, o *hegemon* rasga seus disfarces e perde os modos ao despertar para um mundo no qual a China, a Rússia e o Sul Global se fazem ouvir.

Desafios para o Brasil

Como fica o Brasil nesse admirável mundo novo? O sequestro de Nicolás Maduro e os planos de dominação da Venezuela levantam, entre outras, uma questão fundamental para o nosso entorno geográfico: a ausência de meios de defesa nos países sul-americanos, no Brasil em particular, que permitam exercer algum poder dissuasório diante da chamada “Doutrina Donroe”. Trazem à tona até mesmo a questão de nossa participação no Tratado de Não Proliferação Nuclear, ao qual aderimos em 1998 sem que se tivesse procedido a um verdadeiro e profundo debate público.

É imprescindível que retomemos, embora com trágico atraso, o fortalecimento de nossas Forças Armadas e o estabelecimento de uma verdadeira Base Industrial de Defesa, com a participação do empresariado nacional e a formação de quadros especializados. Pensemos no modelo francês da DGA (“Direction Générale de l’Armement”).

Tampouco devemos perder de vista o



controle geográfico dos recursos minerais e das terras-raras. E o controle das rotas e dos fluxos comerciais, questão na qual o Atlântico Sul assume importância cada vez mais crítica. A chamada Zona de Paz do Atlântico Sul deve deixar a retórica para tornar-se o foro de um diálogo mais estratégico entre seus membros, em coordenação com o grupo dos BRICS. Não se pode dizer hoje, em sã consciência, que o Canal do Panamá seja a via bi-continental mais confiável.

Por último, e com não menor urgência, impõe-se abrir um debate interno, por um lado sobre a situação jurídica de nossa Base de Alcântara, mantida curiosamente distante do noticiário, e, por outro, sobre a adoção de uma política que vise preservar Fernando de Noronha (nossa Groenlândia?), objeto de recentes e perturbadoras referências. Tampouco devemos perder de vista as novas atividades militares estadunidenses no Paraguai, bem como o incômodo que pode, de uma hora para outra, causar a Washington a presença da nossa população árabe/palestina na Tríplice Fronteira.

Afirma-se, às vezes, que o Brasil fez uma aposta existencial na paz. No mundo em que vivemos, essa aposta na paz pode ser suicida. Continua valendo o antigo le-

ma romano: *Se vis pacem, para bellum* (Se queres a paz, prepara-te para a guerra).

O Brasil é um país gigantesco, com amplos e variados recursos naturais. Se for percebido como um gigante de pés de barro, incapaz de defender-se, será fatalmente objeto de intervenções estrangeiras.

Essas intervenções só não ocorrerão se os interesses estrangeiros puderem impor-se via prepostos locais. Já tivemos uma experiência traumática com Bolsonaro. Vários candidatos da mesma índole se apresentam para disputar a eleição presidencial de 2026 contra o presidente Lula. Se um deles vencer, Trump terá um presidente vassalo no Brasil. Sem disparar um tiro, os Estados Unidos farão o que quiserem por aqui, assim como fazem na Argentina de Milei.

O que está acontecendo na Venezuela deve ser um estridente *wake up call* para o Brasil e outros países, pois levanta a questão essencial da ausência de poder dissuasório. Poder de dissuasão significa dispor de meios de indicar, de modo crível, que qualquer ataque ao território nacional implicará perdas expressivas para o país agressor.

A construção desse poder de dissuasão mostra-se urgente. Já deveria ter começa-

A nu. O sequestro de Maduro e a ação na Venezuela escancaram a ausência de meios de defesa no continente e o Canal do Panamá não é mais uma via confiável

do há muito tempo. Importante, entre outras iniciativas, estabelecer ou aprofundar a cooperação militar com países como China, Rússia, Índia e França. E repensar as escolas militares, revertendo o trabalho de colonização mental e subordinação às doutrinas dos Estados Unidos.

Hoje, o Brasil é o único dos grandes países do planeta que não dispõe de armamento nuclear. E as nossas armas convencionais são insuficientes para defender o território nacional e as nossas costas marítimas. Além disso, são fornecidas, em grande parte, pelos Estados Unidos – mais um ponto de vulnerabilidade militar.

A situação atual requer ação. Urgente. Bem planejada. Destemida. Temos de nos opor a um novo *Diálogo de Melos*. •

**José Maurício Bustani é diplomata, foi o primeiro diretor-geral da Opaq e embaixador em Londres e Paris. Paulo Nogueira Batista Jr. é economista, foi diretor-executivo do FMI em Washington e vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento estabelecido pelos BRICS em Xangai.*



Mamãe eu quero

GEOPOLÍTICA Com ameaças à Groenlândia, Trump arrisca implodir a Otan e romper os laços com uma Europa frágil e ressentida

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Quando a Segunda Guerra Mundial terminou, em 1945, e a Otan foi fundada, quatro anos mais tarde, nada, nem mesmo a União Soviética, parecia capaz de destruir uma aliança transatlântica tão poderosa e coesa. O grupo formado pelas potências capitalistas vencedoras passou os 77 anos seguintes se fortalecendo e se expandindo, enquanto olhava com desconfiança e rivalidade para o Leste. Europeus e norte-americanos tinham certeza de que a ameaça viria do bloco socialista liderado por Moscou. Erro crasso. O maior inimigo estava na mesma sala.

Donald Trump puxou o pino de uma granada que pode causar sérios danos, senão destruir completamente os fortes laços militares, diplomáticos e econômicos que marcaram as relações transatlânticas nas últimas sete décadas e moldaram boa parte do mundo no século XX. O pivô é a Groenlândia, a maior ilha do mundo, que tem quase 11 vezes o tamanho da Grã-Bretanha, e, apesar da relativa autonomia administrativa, faz parte do Reino da Dinamarca, um dos Estados fundadores da Otan e, como tal, aliado dos Estados Unidos, ao menos no papel.

A cobiça de Trump pelo território tem duas explicações estratégicas e uma psicológica. A Groenlândia é rica em recursos naturais, entre eles as chamadas ter-

ras-raras, essenciais para as tecnologias de transição energética, além de petróleo e gás, cuja exploração se tornaria mais fácil à medida que o aquecimento global degela parte da região. O segundo elemento estratégico está ligado à defesa. O republicano atribui à Rússia e à China o interesse que ele mesmo não esconde em assegurar para si essa formidável plataforma de projeção de força na região do Ártico. A razão psicológica é mais estranha. O presidente norte-americano enviou uma mensagem escrita ao primeiro-ministro da Noruega, Jonas Gahr Støre, na qual afirma, por não ter sido agraciado com o Prêmio Nobel da Paz no ano passado, não se sentir mais obrigado a “pensar puramente na paz”. Logo, se sente autorizado a avançar sobre a Groenlândia, pois “a Dinamarca não pode proteger essas terras da Rússia e da China”. A posição de Trump no caso foi bem resumida pelo senador francês Claude Malhuret, que em discurso na Assembleia Nacional, em Paris, na segunda-

Política externa de uma “criança de 4 anos”, acusou o senador francês Claude Malhuret





-feira 19, disse que “a política externa dele é a de uma criança de 4 anos, que chora porque quer uma boneca na vitrine”.

A infantilidade no desejo transparece na linguagem. Em suas redes sociais, Trump passou a publicar ilustrações e animações feitas com Inteligência Artificial, nas quais aparece fincando uma bandeira norte-americana na Groenlândia ou apontando um mapa para os líderes europeus, no qual a ilha dinamarquesa, além do Canadá e da Venezuela, surge pintada com uma bandeira dos Estados Unidos.



Ultimato. O republicano descartou em Davos usar a força, mas exige a abertura imediata de negociações a respeito do controle da ilha

A atitude debochada e violenta tem sido respondida com rara agressividade por parte de líderes europeus, que, embora dependam fundamentalmente dos norte-americanos como seus fiadores militares e parceiros comerciais, se veem, por outro lado, compelidos a impor limites ao que o deputado britânico Ed Davey classificou como um “*bullying* dos Estados Unidos”, em discurso no Parlamento Britânico, em Londres, na segunda-feira 19. O ápice das reações europeias deu-se no Fórum Econômico de Davos, na Suíça, mas, mesmo antes, começaram a pipocar declarações francamente inamistosas de quase todos os líderes importantes do Velho Continente – exceção feita, talvez, ao primeiro-ministro britânico, Keir Starmer, que manteve uma postura mais dúbia e relutante, e à primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, francamente apaziguadora.

As divisões refletem os dilemas de um continente imprensado pela estagnação econômica, o envelhecimento populacional, a dependência militar e o risco de colapso interno, representado pela ascensão de uma extrema-direita que tem cada vez mais votos e que é eternamente crítica à União Europeia. Apesar de todas essas divisões internas, os integrantes europeus da Otan moveram, porém, tropas para a Groenlândia, numa coreografia que misturou duas mensagens. Primeiro, a de que o próprio continente pode zelar pela segurança desse território, caso a preocupação de Washington seja com um possível assédio russo ou chinês. Depois, como uma inverossímil ação de projeção de força e de dissuasão da Europa contra ninguém mais,





ninguém menos que os Estados Unidos.

Trump reagiu por meio de uma guerra comercial, ao anunciar a imposição de uma nova rodada de sobretaxas à importação de produtos europeus, começando em 10% e progredindo até 25%, enquanto durar a resistência à anexação da ilha. A França de Emmanuel Macron foi especialmente assediada, com a possibilidade de taxaçaõ de 200% sobre vinhos e champanhes, dois itens sensíveis da cesta básica de agricultores franceses, que estão possesores com o governo por causa do acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul. Volátil como de costume, o republicano deu um passo atrás e suspendeu o novo “tarifaço” sobre a UE em troca do início, em Davos, de negociações ainda não muito claras sobre o destino da Groenlândia.

Na sequência, o presidente dos EUA passou a publicar em suas redes sociais mensagens trocadas por celular, de maneira privada, com Macron e o secretário-geral da Otan, o holandês Mark Rutte, expondo ambos de maneira traiçoeira. Macron não acusou o golpe e, em resposta, disse que a troca de mensagens com o norte-americano confirma o que ele sempre diz em público: que está alinhado com os Estados nas questões da Síria e do Irã, mas

“Vocês podem dizer ‘não’, e nós nos lembraremos disso”, ameaçou Trump em Davos

que considera incompreensíveis os movimentos da Casa Branca em relação à Groenlândia. No caso de Rutte, as comunicações revelam subserviência, mas nada tende a encabular um político que, no passado, chegou a referir-se a Trump como “papai”.

A ruptura anunciada no mundo virtual tomou forma finalmente em Davos, onde um dos primeiros a discursar, o primeiro-ministro da Bélgica, Bart de Wever, traçou uma linha vermelha. “Nós, como Europa, precisamos dizer a Trump: não mais. Recue ou iremos até o fim”. Wever não explicou, no entanto, o que seria esse “fim”. O belga reconheceu que a Europa tentou “apaziguar” Trump por muito tempo e foi “muito leniente, inclusive com as tarifas”, na esperança de “ter o seu apoio para a guerra na Ucrânia”, mas, agora, disse não mais considerar os Estados

Bullying. Macron é o alvo preferencial do presidente dos Estados Unidos, que usa a humilhação pública como arma

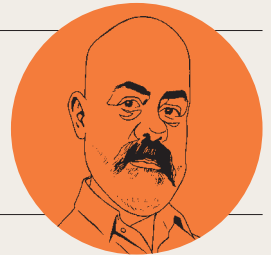
Unidos como aliados e defendeu que a Europa volte a se rearmar e desenvolva plataformas tecnológicas próprias, sob risco de se tornar “escrava”. Para ele, essas mudanças são profundas e definitivas e não correspondem a uma situação meramente conjuntural na Casa Branca.

A presidente da Comissão Europeia, a alemã Ursula von der Leyen, fez coro com o *premier* belga, definindo a aliança com os Estados Unidos como uma “nostalgia que não vai trazer de volta a velha ordem”. Seguindo ela, “é hora de aproveitar a oportunidade e construir uma nova Europa independente”. Mas a declaração que mais reverberou foi a do primeiro-ministro canadense, Mark Carney. A ordem internacional baseada em regras acabou, disse, e os países presentes devem abandonar a ideia de acomodar as coisas para evitar problemas, esperando que “a obediência compre segurança”. O Parlamento europeu ameaça suspender o acordo comercial recentemente fechado com Washington e, em último caso, ativar o instrumento contra a coerção econômica, que possibilita a interrupção de qualquer relação comercial e financeira entre o continente e os EUA.

Na quarta-feira 21, coube a Trump responder às declarações dos europeus, em Davos. O presidente norte-americano relembrou a dívida histórica da Europa com os Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial: “Sem nós, vocês estariam falando alemão e talvez um pouco de japonês”. Sobre a anexação da Groenlândia, ameaçou: “Vocês podem dizer ‘sim’, e nós ficaremos gratos. Ou vocês podem dizer ‘não’, e nós nos lembraremos disso”. No fim, cedeu à pressão dos aliados e declarou que não usará a força para invadir e ocupar um pedaço do território europeu. Quem acredita? •

CLAUDIO COUTO

Cientista político, professor da FGV EAESP, pesquisador do CEPESP FGV e do CNPq



O perigo Trump

► **Se Putin é autoritário e expansionista, o presidente dos Estados Unidos parece ser ainda mais ameaçador, por agir com uma boa dose de irracionalidade**

Afirmações categóricas sobre o futuro são sempre arriscadas e, provavelmente, equivocadas. Quando falamos sobre os perigos do presente, na realidade nos referimos ao que está por vir – ou seja, ao futuro. Feita a advertência, arrisco dizer que talvez vivamos o momento mais perigoso da humanidade desde o ocaso da Guerra Fria – e, quiçá, desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

Desde a vitória dos Aliados sobre o Eixo, o mundo passou por momentos de grande tensão e severos conflitos, como as guerras da Coreia e do Vietnã, além da crise dos mísseis em Cuba. No entanto, ao longo desse período, a institucionalidade internacional construída no pós-Guerra possibilitou certa contenção das grandes potências, cujos líderes se comportavam com alguma racionalidade. Hoje, tanto a institucionalidade quanto a racionalidade são deficitárias.

Institucionalmente, fica evidente a impotência dos organismos multilaterais – especialmente a Organização das Nações Unidas – para lidar com transgressões do direito internacional. Em 2002, quando George W. Bush decidiu invadir o Iraque sob a alegação mentirosa de que o país possuía armas de destruição em massa, afirmou que ou a ONU apoiaria a operação norte-americana ou seria relegada à condição de “socie-

dade de debates ineficaz e irrelevante”.

Em 2008, Vladimir Putin invadiu os territórios georgianos da Ossétia do Sul e da Abecásia, onde havia movimentos separatistas pró-Rússia – áreas que ainda controla. Em 2014, anexou a Crimeia, uma região ucraniana com ampla população russófona. Em 2022, invadiu a Ucrânia, deflagrando um conflito armado ainda sem resolução no horizonte. Apesar de o Tribunal Penal Internacional ter determinado a prisão do líder russo por crimes de guerra, nada de efetivo ocorreu.

Se Putin é autoritário e expansionista, Donald Trump ensaia ser ainda mais. É aqui que entra a dimensão da irracionalidade. A personalidade do presidente dos EUA é tão extravagante que faz o russo parecer razoável. Uma demonstração notável dessa psiquê problemática surgiu na semana passada, quando informou a seu homólogo norueguês, Jonas Gahr Støre, que sua postura belicosa – inclusive em relação à Groenlândia – se devia, em suas palavras, ao fato de “seu país ter decidido não me conceder o Prêmio Nobel da Paz por eu ter impedido oito guerras”.

Se Trump não governasse a maior potência militar do planeta, tal muxoxo seria apenas uma patética birra infantil. Contudo, considerando-se a posição de poder a partir da qual ele não só profere essa lamúria narcísica, mas também ameaça tomar à força o território de um país integrante da mesma aliança militar da qual os EUA fazem parte, há, de fato, motivo para preocupação. Não bastasse a estupidez de arriscar implodir a Otan, as justificativas de Trump para se apropriar da Groenlândia revelam uma noção de interesse nacional baseada no imperialismo nu e cru, inclusive em relação a aliados históricos. A mensagem parece clara: se for necessária uma guerra de

conquista para garantir acesso a recursos naturais, por que não fazê-la?

Uma postura semelhante é mantida pelo atual governo dos EUA em relação à América Latina, já que não apenas Trump, mas também integrantes de sua administração declararam pretender controlar “seu hemisfério”. Pete Hegseth, secretário da Guerra, afirmou: “O presidente Trump disse que não vamos mais deixar isso (a presença chinesa) acontecer. Vamos recuperar nosso quintal”. Essa crença, de que somos uma extensão dos domínios norte-americanos, explica não apenas a abusada operação do sequestro de Nicolás Maduro e de sua esposa, mas também a desfaçatez com que Trump afirma ser ele quem manda na Venezuela, determinando até mesmo a quem o país pode ou não vender seu petróleo e quem deve lucrar com esse comércio – os EUA e suas petrolíferas, claro.

Ainda que o comportamento de Trump tenha relação com transtornos mentais – algo aventado por especialistas em reportagem publicada pelo *The Guardian* em agosto de 2025 – o problema ultrapassa essa dimensão. Mesmo sendo um “narcisista maligno”, segundo o diagnóstico do psicólogo John Gartner, o presidente norte-americano não age sozinho. Trump opera com um partido majoritário nas duas casas do Congresso, nos governos estaduais e na Suprema Corte. Seus auxiliares no Executivo alinham-se às suas decisões, defendem-nas publicamente no mesmo tom hostil do chefe e contribuem para que tenham consequências. Ou seja, mesmo que ele deixe de ser presidente em algum momento, o trumpismo, que tomou de assalto o Partido Republicano, continuará lá, ameaçando o planeta e a própria sociedade norte-americana, inclusive colocando em risco as eleições de meio de mandato. •

redacao@cartacapital.com.br

A Alá dará

IRÃ OS MANIFESTANTES
ENTRE A REPRESSÃO
BRUTAL E O INTERESSE
OPORTUNISTA EXTERNO

POR ARTURO HARTMANN

Após três semanas intensas de uma brutal repressão das forças de segurança, as manifestações no Irã perderam o ímpeto inicial. Os efeitos de longo prazo continuam, porém, imprevisíveis. Em artigo na *New Left Review*, o pesquisador Eskandar Sadeghi-Boroujerdi comparou os protestos atuais com mobilizações mais recentes no país, entre elas o Movimento Verde, de 2009, e o “Mulher, Vida, Liberdade”, de 2022 e 2023. Agora, afirma, falta “a clareza de procedimento de 2009”, quando as mobilizações expressaram uma revolta contra a eleição de Mahmud Ahmadinejad para um segundo mandato, e “a coerência emancipatória dos protestos de 2022”, quando mulheres foram às ruas depois da morte, sob custódia da polícia, de Jina Amini. Seria, define Sadeghi-Boroujerdi, uma “composição social mais ampla, mais difusa nas suas demandas e mais profundamente moldada pela exaustão econômica e por um cerco geopolítico”.

Por enquanto, é difícil verificar com exatidão o número de mortos, mas a Agência de Notícias de Ativistas de Direitos Humanos, organização financiada em parte pelo governo dos EUA, registrou, no domingo 18, 3.919 vítimas, entre elas 178 integrantes do aparato de repressão do governo. A agência de notícias Reuters, também no domingo, afirmou que uma fonte oficial teria conta-



Cerco. O aiatolá Khamenei culpa os “terroristas” pelo protesto. O número de mortos é incerto, assim como os efeitos no longo prazo da insatisfação popular



bilizado 5 mil mortes. O regime publicou trechos de imagens com os ataques de manifestantes a oficiais de segurança com facas, machetes e armas de fogo. Ali Khamenei culpou os “terroristas” apoiados pelos Estados Unidos e Israel.

Para Sadeghi-Boroujerdi, entre os cenários possíveis, um dos mais problemáticos seria um longo esforço dos EUA e de Israel para manter uma guerra híbrida, de forma a sequestrar os protestos, apoiada em ampliação do cerco econômico e ações clandestinas para erodir a coesão interna, causando fissuras na elite iraniana. “O perigo não é o colapso repentino do regime, mas uma queda arastada à instabilidade e, potencialmente, a uma balcanização.”

A repressão brutal do governo e os interesses geopolíticos externos se colgam em uma tensão que acaba por destruir possibilidades de emancipação e mudança política interna. •

JAMIL CHADE

Jornalista, correspondente internacional, escritor e integrante do conselho do Instituto Vladimir Herzog



Pax Americana...

► ... Ou o último suspiro de uma hegemonia?

Umano após tomar posse, Donald Trump quer uma ONU para chamar de sua, sugere que suas ambições territoriais não podem ser questionadas, promove uma reviravolta nas alianças tradicionais dos EUA e, acima de tudo, atua para frear a impressão de que governa um país em decadência.

A ordem é a de estabelecer uma espécie de novo *status* para a *Pax Americana*, ordenamento global que atenderia aos interesses dos EUA. Mas, entre analistas, diplomatas e mesmo banqueiros, há uma impressão de que, no lugar de força, o que Trump demonstra ao mundo é a fragilidade de uma nação. Numa recente reunião entre financistas suíços, em Genebra, um deles constatou que, se por décadas o dólar era a referência por conta da hegemonia econômica dos EUA, hoje a moeda norte-americana apenas mantém tal *status* graças à força bélica.

Trump sabe que a China é seu maior rival e sua administração descreve Pequim como a principal ameaça existencial da história de 250 anos dos EUA. Mas a disputa por fazer parte daqueles que vão ditar as regras do século XXI tem passado não mais pela liderança, mas pelo domínio e ameaça. A situação ainda se contrasta radicalmente com o pensamento de acadêmicos e a elite política dos EUA, que, nos anos 1990, considerou que o apogeu do país estava assegurado por décadas.

Em 1998, o ex-conselheiro de Segurança Nacional dos EUA, Zbigniew Brzezinski, escreveu que “a extensão e

a onipresença do poder mundial norte-americano são únicas hoje”. “Os Estados Unidos não apenas controlam todos os oceanos e mares do mundo, mas também desenvolveram uma forte capacidade militar para o controle costeiro anfíbio, o que lhes permite projetar poder de maneira politicamente significativa.” Mais: “Suas legiões militares estão firmemente entrincheiradas nas extremidades ocidental e oriental da Eurásia e também controlam o Golfo Pérsico. Os vassalos e tributários dos Estados Unidos, alguns aspirando a laços ainda mais formais com Washington, estão espalhados por todo o continente eurasiático”.

Num recente artigo no jornal *El País*, o romancista indiano Pankaj Mishra lembrou como, em 1990, com o colapso do comunismo soviético e a aparente proximidade do fim da história, o escritor V.S. Naipaul elogiou a americanização do mundo. “Em uma palestra proferida no *Manhattan Institute*, uma instituição nova-iorquina de direita, ele afirmou que o ideal norte-americano da busca da felicidade havia posto fim ao longo debate ideológico sobre qual estilo de vida e qual sociedade eram os melhores e estava criando uma civilização universal.”

Em 1999, o colunista de *The New York Times* Thomas Friedman chegou a desejar: “Quero que todos sejam americanos”. Quem também apostava no poder estadunidense era Henry Kissinger. “Na aurora do novo milênio”, afirmou, “os Estados Unidos desfrutavam de uma preeminência inigualável até mesmo pelos maiores impérios do passado.” De armamentos a empreendedorismo, da ciência à tecnologia, do ensino superior à cultura popular, os EUA exercem uma ascensão sem

precedentes em todo o mundo, estimulou.

Quando tanques norte-americanos entraram em Bagdá, em 2003, o cientista político John Ikenberry escreveu: “O que a década de 1990 forjou foi uma América unipolar mais poderosa do que qualquer outro grande Estado da história.”

Naquele momento, o sentimento era de que existia um século XXI assegurado para os interesses de Washington. Mas foram justamente os fracassos dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque que revelaram que esses julgamentos apressados eram também míopes. Enquanto as operações de guerra se estendiam, poucos pareciam querer prestar a devida atenção à constituição de novos polos de poder, ao desembarque da China no primeiro plano do planeta, na retomada do orgulho nacionalista russo e no desenvolvimento da economia de mercados emergentes.

Para restabelecer seu papel no mundo, Trump sabe que só lhe resta uma alternativa, a de romper com as regras internacionais, asfixiar as instituições da governança global, reivindicar territórios estratégicos e chantagear aliados e adversários com o que resta de poder de sua economia.

Mishra talvez traga uma das melhores definições sobre o momento atual: “A civilização universal que os Estados Unidos ofereciam era mera ilusão. Seu declínio é talvez mais esclarecedor e significativo do que o desaparecimento da ilusão comunista em 1991”.

A nova *Pax Americana* não será uma operação de sedução, acompanhada pela cultura de massa, Hollywood, Disney, McDonald’s e Coca-Cola. Será imposta pelas canhoneiras, sanções e agressividade de um governo ciente, no fundo, do fim de sua liderança. •

redacao@cartacapital.com.br

Teste de fogo

EUA O embate no estado de Minnesota definirá os limites dos arroubos autocráticos do governo Trump

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

De janela em janela, o aviso se espalha como sirene improvisada, enquanto carros sem identificação e agentes federais mascarados percorrem mais um bairro da cidade de Minneapolis em busca de imigrantes. A sensação térmica de 28 graus Celsius negativos não afasta os moradores, que saem pelas ruas para se transformar na primeira e, muitas vezes, única barreira entre os alvos e os representantes do estado de exceção. Na tentativa de proteger a vizinhança, moradores gritam a plenos pulmões: “Tranquem suas portas”, “fiquem em casa”, “eles estão aqui”. O estado de Minnesota tornou-se o mais novo campo de batalha do governo Trump contra as leis nacionais e os direitos civis.

Desde o início do segundo mandato, em janeiro do ano passado, a promessa de campanha de “restaurar a ordem” nos Estados Unidos é apresentada como uma cruzada contra o crime e a imigração irregular, servindo de justificativa para uma ofensiva sem precedentes de Washington em cidades administradas, sobretudo, por democratas. Agentes do Serviço de Imigração e Alfândega e da Patrulha de Fronteira (ICE, *na sigla em inglês*) passaram a atuar sem limites em metrópoles como Los Angeles e Chicago, em operações espetaculosas, seguidas de coletivas de imprensa e a di-

vulgação de números inflados de prisões.

Minneapolis não virou alvo por acaso. Embora a população imigrante represente uma fatia menor do que aquela da média nacional, o estado foi escolhido por Trump como vitrine de uma política de confronto, uma região historicamente democrata ideal para servir de exemplo a prefeitos e governadores da oposição, e com comunidades imigrantes visíveis, em especial somalis, latinos e asiáticos, facilmente transformadas em bode expiatório.

Nesse contexto, a morte de Renée Nicole Good tornou-se um catalisador das tensões. Cidadã norte-americana, mãe de três filhos e poeta premiada, Good foi morta a tiros dentro de seu carro em 7 de janeiro por um agente do ICE. A vítima estava a poucos quarteirões de casa e a cerca de um quilômetro do cruzamento onde George Floyd foi assassinado por policiais em 2020. Segundo testemunhas e lideranças comunitárias, Good atuava como observadora legal de uma operação de imigração, registrando

A população local, por ora, resiste às ameaças



a ação dos agentes. O governo Trump a classificou, após a morte, como “terrorista doméstica”, numa tentativa de justificar o uso da força letal. “A mulher no carro estava muito desordeira, obstruindo e resistindo. Ela atropelou violentamente, de forma deliberada e viciosa, o agente do ICE, que parece ter atirado em legítima defesa. É difícil acreditar que ele esteja vivo, mas agora se recupera no hospital”, escreveu o presidente em suas redes. Na terça-feira 20, durante coletiva de imprensa na Casa Branca, ao ser informado do fato de os pais de Good serem seus apoiadores, o republicano mudou o tom e definiu a morte da poeta como uma “tragédia”.

Os vídeos da ação dos agentes do ICE mostraram, no entanto, uma versão bem diferente da apresentada e insuflaram



a revolta local. Em pronunciamento emocionado, o prefeito de Minneapolis, Jacob Frey, solidarizou-se com a família de Good e acusou diretamente o governo federal: “Agentes de imigração estão causando caos em nossa cidade. Exigimos que o ICE deixe a cidade e o estado imediatamente. Estamos ao lado das comunidades de imigrantes e refugiados”. O governador Tim Walz, pressionado por protestos diários nas “cidades gêmeas”, Minneapolis e St. Paul, e por um inquérito federal, acusou Trump de “abuso de poder” e anunciou uma ação judicial contra Washington.

Em resposta, o presidente descreveu Minnesota como um estado “suave com o crime” e atribuiu às autoridades estaduais a criação de “santuários para ilegais”. “O ICE está removendo alguns dos

Abuso de poder. Agentes do ICE atropelam os direitos civis para deter imigrantes. O governador Tim Walz promete recorrer à Justiça

criminosos mais violentos do mundo do nosso país e os levando de volta para casa, onde eles pertencem. Por que Minnesota está lutando contra isso? Eles realmente querem assassinos e traficantes de drogas instalados em sua comunidade? Os bandidos que estão protestando incluem muitos agitadores profissionais e anarquistas bem pagos. É isso mesmo que Minnesota quer?”, escreveu Trump em sua rede Truth Social no domingo 18. No mesmo dia, o Pentágono colocou em alerta 1,5 mil soldados, que podem ser enviados a qualquer momento para o estado. Dias

antes, o republicano havia ameaçado recorrer à Lei de Insurreição, que permite ao presidente mobilizar tropas militares em solo norte-americano sem aval dos governadores estaduais, e na terça 20, durante entrevista à rede de notícias NewsNation, manteve a ameaça. “Por ora, acho que ainda não”, declarou. “Pode ser que aconteça em algum momento.”

A população de Minneapolis não se intimidou. Os protestos completaram três semanas e a cidade está em plena ebulição. Vigílias com velas no local do assassinato de Good se transformaram em marchas de milhares de moradores, com cartazes de “Justiça para Renée” e “ICE saia de Minnesota”. Grupos de resposta rápida usam apitos para avisar em tempo real quando vans dos agentes federais chegam a determinados bairros. Sindicatos e pequenos comércios anunciaram greves e paralisações, e promotores estaduais abriram investigações após o FBI excluir autoridades locais do controle das operações. No dia 13, seis promotores federais renunciaram em protesto contra a pressão do Departamento de Justiça para investigar Becca, viúva de Good, mas não o assassino.

No domingo 18, um grupo de manifestantes invadiu um culto da Igreja Batista de St. Paul e interrompeu o sermão do pastor Matthew Johnson, que, em segredo, atuava como diretor de campo do ICE na região. Gritos de “sangue nas suas mãos” e “hipócrita” ecoaram pelo santuário. O Departamento de Justiça anunciou uma investigação criminal contra os invasores, enquanto ativistas celebraram a ação como “desmascaramento da face religiosa da repressão”. Trump usou o incidente para reforçar sua versão de “insurreição doméstica”. Na terça-feira 20, o departamento intimou o governador Walz e o prefeito Frey a se explicarem por suspeita de “obstrução” dos trabalhos do ICE. •

Novos sinais da parabólica

MPB Almério e Martins, nomes de proa da canção brasileira, sintetizam a efervescência musical de Pernambuco

Almério e Martins praticamente lotaram os teatros e casas de shows da turnê do álbum *Almério e Martins ao Vivo*, que percorreu o Brasil e parte da Europa nos últimos cinco anos.

Donos de carreiras solo consolidadas em Pernambuco, ambos deixaram os projetos individuais em segundo plano para se dedicar ao disco que acabaria por dar uma reviravolta na carreira de ambos. Além de atrair o público e chamar atenção da crítica especializada, o álbum despertou o interesse de grandes nomes da música brasileira.

Martins viu algumas de suas composições, que têm uma poesia singular e uma sonoridade universal, ganharem novos arranjos nas vozes de Ney Matogrosso (*Estranha Toada*), Simone (*A Gente se Aproveita*) e Margareth Menezes (*Me Dê*).

Já Almério é autor de uma das canções de maior sucesso em 2025, *Quero Você*, gravada em parceria com Maria Bethânia, e um dos destaques da trilha sonora do *remake* da novela *Renascer*, que estreou em 2024 na TV Globo.

Daniela Mercury usou composições de Martins em seus dois últimos ál-

buns: *Deixa Rolar* e *Me Dê* – a mesma gravada por Margareth – estão em *Baiana* (2022), e *Suma*, em *Cirandaia* (2025).

“São músicas do meu primeiro álbum, que me colocam em um lugar de compositor onde me sinto imensamente confortável, embora eu também goste muito do palco, da alegria de cantar”, diz o autor. “Tenho uma preocupação grande com absolutamente tudo que faço, e ter esses artistas da música brasileira como intérpretes das minhas canções me ajuda a persistir nesse lugar.”

Cirandaia traz também uma música de Almério, *Antes de Você Chegar*, parceria com Ceumar, que, no álbum, Daniela interpreta com Zélia Duncan. Seus parceiros artísticos têm sido muitos: Ney Matogros-

so – com quem gravou *Brasil*, de Cazuza –, Chico César, Elba Ramalho e Chico Chico.

Ele fez ainda um disco inteiro com a cantora e compositora baiana Mariene de Castro, *Acaso Casa* (2020), indicado ao Grammy Latino na categoria *Melhor Álbum de Música de Raízes em Língua Portuguesa*.

“Almério e Martins representam um novo retrato da música popular brasileira, que não precisa tanto da mídia, de televisão, de rádio e tal”, analisa o crítico de música pernambucano José Teles. “São artistas com um grande potencial que, talvez, precisem migrar para o eixo Rio-São Paulo para alçar novos voos.” Teles ressalta que ambos contam com bons empresários que trabalham em Pernambuco: André Brasileiro e Tadeu Gondim.

As origens de Almério e Martins são distintas, mas se cruzam. Enquanto o primeiro vem do interior de Pernambuco, da cidade de Altinho, o segundo é cria da periferia recifense.

“Apesar de ter origem numa família muito humilde, eu sempre tive ídolos grandiosos”, diz Martins, citando como referências Caetano Veloso, Alceu Valença, Geraldo Azevedo e Belchior. “Acho que a literatura me levou para a música. Já a ideia de que era possível fazer algo potente, profundo e com qualidade no Recife, mantendo nossa linguagem e nossos valores, ganhou outra dimensão a partir do Mangubeat.”

Almério, por sua vez, conta que perdeu o pai aos 13 anos e teve de trabalhar muito cedo. “O que me salvava era a poesia. Então, em todo tempo vago que tinha, corria para fazer música. Passei a adolescência inteira escrevendo, compondo e, com o tempo, fui me aperfeiçoando”, lembra o artista.

Ele iniciou a carreira cantando em bares na noite de Caruaru, no Agreste pernambucano. “A música, para mim, é uma deusa. Ela me cura, me chama. Todas as

Os dois artistas têm sucessos gravados por cantores como Maria Bethânia, Daniela Mercury, Ney Matogrosso, Simone e Margareth Menezes



vezes que penso em desistir, ela me puxa de novo e diz: ‘Você é meu, não é de mais ninguém’”, diz, completando que, muitas vezes, o mercado da música é injusto.

Almério já gravou quatro álbuns solo e tem um quinto a caminho. Diz que *Nesse Exato Momento* (2024) é o disco que melhor o traduz: “Traduz minha vontade de expandir as coisas que passei anos conceituando. Eu estava em ebulição, os arranjos todos na minha cabeça. Quando cheguei ao estúdio, propus que fosse uma semana de pré-produção e a outra com os músicos, gravando. Todo mundo fresquinho, sem interferência externa”.

Martins também está trabalhando em novo álbum, o terceiro da carreira solo, que pretende lançar no segundo semestre de 2026 ou início de 2027. Seu segundo disco, *Interessante e Obsceno* (2023), foi apontado em algumas listas feitas pela crítica especializada como o melhor daquele ano.

Ele, além disso, tem músicas em produção que devem ser lançadas na voz de outros artistas, dentre eles o português Salvador Sobral. Apesar da centralidade de Martins como compositor, ele também investe em projetos de versões.

Almério e Martins compõem a Reverbo, coletivo que tem chacoalhado Pernambuco e já foi comparado ao Manguebeat

Em março de 2025, a música mais tocada nas rádios do Brasil foi sua versão de *Jardim da Fantasia*, de Paulinho Pedra Azul, também presente na trilha de *Renascer*.

Tanto Almério quanto Martins compõem ainda o coletivo Reverbo, movimento que tem chacoalhado a cena pernambucana e vem sendo comparado ao Manguebeat, que lançou ao mundo nomes como Chico Science e Nação Zumbi, Fred Zero Quatro, Otto, Mestre Ambrósio e a Banda Eddie.

O manifesto *Caranguejo com Cérebro: Uma Antena Parabólica Enfiada na Lama*, lançado em 1992 por Fred Zero Quatro, do Mundo Livre S/A, revolucionou a cultura pernambucana ao mistu-

rar tradições locais, como maracatu e coco de roda, com a modernidade global do rock, hip-hop e música eletrônica. No centro do debate estava a desigualdade social.

O crítico José Teles, no entanto, não vê muita relação entre a Reverbo e o Manguebeat. “No Manguebeat não havia um consenso estético, mas um objetivo comum, que era mexer com o Recife. E realmente mexeu”, diz. “Já na Reverbo, o pessoal tem quase o mesmo pensamento estético. Faz uma espécie de nova MPB sofisticada, com boas letras e ótimos músicos.”

O músico Juliano Holanda, que, com Mery Lemos, concebeu a Reverbo, não discorda, mas pontua: “Sem o Manguebeat não haveria a Reverbo, certamente”.

A diferença principal, prossegue Holanda, é que a Reverbo não é um movimento – como era o Manguebeat –, e sim uma mostra de música, hoje formada por 26 autores, que acabou se expandindo pelo Estado todo. “É um coletivo voltado para fazer e pensar a música, uma movimentação que tem a canção como célula *mater*, o verso como ponto de estudo e de interesse”, diz.

O coletivo reúne músicos de todas as regiões pernambucanas e garimpa o que há de melhor em cada localidade, indo desde a poesia popular do Sertão do Pajeú até as influências do maracatu da Zona da Mata.

Além de Almério e Martins, fazem parte da Reverbo criadores como Larissa Lisboa, PC Silva, Isabela Moraes e Flaira Ferro. O coletivo reúne-se periodicamente em uma mostra na qual cada artista expõe suas composições.

Para 2026, eles planejam uma espécie de residência a ser realizada em uma fazenda, em um projeto de imersão e novas trocas. “Por ser um grupo de criação, agente preza muito pela autoria, conceito que se estende também à interpretação. A arte é o centro da criação”, conclui Holanda. •

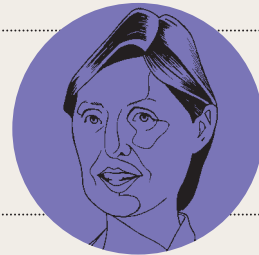
— por Fabíola Mendonça, do Recife



Usina de sons. A Reverbo garimpa artistas do Sertão do Pajeú à Zona da Mata

ELNARA NEGRI

Livre-docente pela Faculdade de Medicina da USP e pneumologista do Núcleo Avançado de Tórax do Hospital Sírio-Libanês



Pandemia da solidão

► O isolamento social atinge 16% da população mundial, alerta a OMS. Pesquisadores buscam identificar marcadores biológicos associados a essa condição para novas abordagens e tratamentos

A cada dia, novas evidências científicas reforçam a correlação direta entre isolamento social e altas taxas de morbidade e mortalidade em todo o mundo. A solidão produz efeitos comparáveis aos do tabagismo e da obesidade. Um estudo recente buscou desvendar a biologia por trás de relações sociais e da saúde mental a partir de dados do Biobanco do Reino Unido. Mais de 40 mil amostras de sangue foram analisadas em busca de uma assinatura específica de proteínas séricas associadas ao isolamento social – em outras palavras, um exame capaz de detectar a solidão.

Parece maluquice, não é? Mas, desde os anos 2000, a inflamação sistêmica vem sendo associada ao isolamento social – vale lembrar que o aumento da poluição ambiental também contribui para o estado inflamatório. Com esses dados em mente, os pesquisadores testaram cerca de 2,9 mil proteínas plasmáticas do Biobanco do Reino Unido, em busca de uma assinatura da solidão. Surpreendentemente, proteínas ligadas à inflama-

ção e às respostas antivirais e imunológicas foram implicadas nesse processo.

Durante o acompanhamento de 40 mil pacientes, realizado ao longo de 14 anos, mais da metade dessas proteínas foi prospectivamente associada a doenças cardiovasculares, diabetes, AVC e ao aumento da mortalidade por diversas causas, além de alterações em áreas do cérebro envolvidas em processos emocionais e sociais. Com a biologia da solidão sendo desvendada, estaria se abrindo o caminho para um tratamento medicamentoso do isolamento social? A resposta não é tão simples, mas esses achados podem tornar-se uma ferramenta útil para identificar pessoas com maior risco e que necessitem de atenção redobrada.

Em junho do ano passado, a Organização Mundial da Saúde publicou um estudo sobre o agravamento do isolamento social no mundo. Essa condição está diretamente ligada ao aumento de doenças cardiovasculares, diabetes, demência, depressão, ansiedade, abuso de drogas, alcoolismo e suicídio. Para se ter uma ideia da magnitude do problema, estima-se que a solidão afete em torno de 16% da população global – ou seja, um em cada seis habitantes vivenciou essa experiência nos últimos dez anos.

Assustadoramente, o fenômeno tem sido mais incidente entre adolescentes e adultos jovens, atingindo também, aproximadamente, de 20% a 30% das pessoas com mais de 60 anos. O isolamento social mostra-se ainda mais grave entre a população LGBTQI+, pessoas com necessidades especiais, migrantes e minorias raciais. Estima-se que cerca de 900 mil

mortes por ano sejam consequência dessa verdadeira pandemia da solidão.

É sabido que o isolamento social não condiz com a condição humana. Hannah Arendt já nos alertava, em meados dos anos 1950: “A solidão ceifa radicalmente as pessoas da conexão humana”. Para ela, a solidão era uma espécie de selva na qual o indivíduo se sente abandonado, mesmo quando está cercado por outros. Tratava-se, nas palavras da filósofa, de “uma das experiências mais radicais e desesperadoras vivenciadas pelo homem”. Segundo Arendt, “quando experimentamos a solidão, somos incapazes de fazer novos começos”. A pensadora acreditava que a essência do totalitarismo e do terror dos regimes ditatoriais residia justamente na disseminação desse sentimento aterrorizante na população. Alertava ainda que, embora regimes totalitários específicos possam ruir, a chamada “solidão organizada” que os sustenta permanece como uma ameaça persistente.

No mundo moderno, essa solidão parece ser amplificada pelo uso desmedido das redes sociais, redução das interações humanas, perda da empatia, estímulo à competitividade e à lei do mais forte. Em vez de cooperar, ensinamos nossos filhos a competir, e eles se perdem em busca de *likes* nas telas da *web*. Que futuro nos espera se estamos perdendo a nossa humanidade? Arendt nos alertava: “O totalitarismo destrói a capacidade do homem de pensar, ao mesmo tempo que transforma cada um, em seu isolamento solitário, num ser contra todos os outros”. Precisamos acordar. •

redacao@cartacapital.com.br

Michel Foucault faz 100 anos

IDEIAS Poucos filósofos do século XX tiveram influência tão duradoura e profunda quanto o intelectual francês

POR VLADIMIR SAFATLE

Neste ano que se inicia, comemora-se o centenário de Michel Foucault, intelectual nascido em 1926, em Poitiers, na França. E, no momento de seu centenário, há de se constatar que poucos foram os filósofos do século XX a ter uma influência tão duradoura entre nós quanto Foucault.

Suas análises sobre a estrutura do poder em nossas sociedades e sobre como o poder nos constitui – além de constituir nossas formas de saber – foram decisivas para a maneira como questionamos princípios universalistas e desconfiávamos de nossa própria razão ocidental.

Suas análises sobre as ciências humanas mostraram que a loucura e nossa ideia de sexo como lugar de verdade tinham uma história, e que nossas formas de punir e exercer a lei não eram expressões de alguma concepção celeste de ‘justiça’. Ou seja, todas as suas análises mostram de que maneira nossos discursos científicos, quando nos tomavam como objetos, não simplesmente nos descreviam, mas nos produziam.

A maneira como pensávamos nossa sexualidade, nossa normalidade, nossa saúde, nossa relação com a linguagem, a vida e o trabalho, era a expressão mais bem-acabada de como tínhamos

sido produzidos por nossa forma de saber. Sem tais reflexões, nosso olhar crítico atual em relação à maneira com que estudamos nós mesmos e nos descrevemos cientificamente, certamente não seria o mesmo. O desconforto em relação ao que hoje chamamos de “matriz epistêmica” não seria possível.

Sua originalidade é fruto de um questionamento sistemático sobre o lugar da filosofia nas sociedades contemporâneas. Foucault temia que a crítica filosófi-

ca se tornasse, como ele mesmo afirmou, uma “perpétua reduplicação sobre si, um comentário infinito de seus próprios textos sem relação a exterioridade alguma”.

Foucault sabia bem o que a tendência à profissionalização da filosofia e sua adaptação a uma carreira universitária especializada estavam a produzir. Por isso, desde o início, ele constituiu uma experiência intelectual forjada na procura de objetos que pareciam não ter dignidade filosófica. Quem, antes dele, havia pensado em fazer filosofia olhando para asilos psiquiátricos, prisões, tratados médicos, livros sobre regras da vida sexual e amorosa ou manuais de guerra?

Pelas suas mãos, o filósofo tornou-se algo muito próximo de um antropólogo de si mesmo, que se olha com o estranhamento de quem encontrou uma tribo perdida e se espanta com seus hábitos, evidências e relações naturais. Nesse sentido, Foucault era a pessoa certa para uma modernidade que começava a se achar muito pequena, para um tempo histórico que começava a se achar muito curto e que procurava preparar-se para a descolonização de si mesmo.

Mas o interesse ainda sempre despertado por Foucault vem também de um fato editorial relevante e que nos faz pensar sobre o que é efetivamente um autor.

Ao falecer, em 1984, Foucault havia deixado uma obra escrita relevante, com momentos claramente definidos. Tudo parecia ter começado a partir da reflexão crítica sobre as ciências humanas e médicas, tendo em vista uma arqueologia de nós mesmos, e caminhado em direção a uma reatualização daquilo que Nietzsche um dia havia chamado de “genealogia”. Ou seja, um questionamento sobre o que a origem esconde. Voltar à origem não é encontrar nossas raízes orgânicas, mas descobrir estruturas de violência, coerção e poder.



Estrutura do poder. Nascido em 1926, em Poitiers, Foucault partiu cedo, aos 58 anos, e teve palestras e manuscritos publicados postumamente

Mas a morte o levou cedo, aos 58 anos, com vários projetos anunciados que aprofundavam esse caminho. A partir do fim dos anos 1990 começa, no entanto, a publicação dos seminários que Foucault ministrava no Collège de France.

Descobrimos, então, um professor sistemático e preciso, que parecia estar a escrever um livro diante de seu auditório. Foi como se um novo autor aparecesse: várias dimensões importantes de seu pensamento ganham nova luz. As reflexões críticas sobre o neoliberalismo, a função crítica do recurso aos gregos e suas práticas de cuidado de si como forma de repensar o que entendemos por emancipação e autonomia ficaram mais evidentes com a leitura de seminários.

A partir daí os organizadores do espólio ampliaram o escopo e começaram a publicar também transcrições de cursos ministrados em outros lugares, de palestras ou mesmo de manuscritos, como o quarto volume da *História da Sexualidade: Os Prazeres da Carne* (2017), um texto sobre Binswanger e a análise existencial (2021) e sua dissertação de mestrado sobre Hegel (2024).

Dentro desse processo, como sempre ocorre, há material cujo interesse é questionável devido ao caráter muito incompleto. Mas há outros que nos permitem complexificar a compreensão que temos de Foucault.

Dentre esse último grupo, há textos que acabaram de ser traduzidos, como *O Que É a Crítica?*, lançado pela Ubu, ou que devem ser traduzidos para o português ainda este ano, como *Genealogia da Sexualidade* (também pela Ubu), onde se en-





Contraponto. O também filósofo Immanuel Kant é uma figura central do recém-lançado *O Que É a Crítica?*

Ela é fruto da consciência do sofrimento provocado pela obediência externa.

O que não deixa de nos impressionar é, digamos, o classicismo dessa proposição. Se a crítica é a arte de não ser governado, é porque ela é o exercício de tentativa de realização da autonomia, do governar a si mesmo. Nada mais moderno. E isso é algo que Foucault reconhece muito bem, já que vincula essa concepção de crítica a Kant e, mais profundamente, à Reforma Protestante e seu questionamento de como fomos até agora governados.

Mas, em uma reviravolta, o gesto ganha ainda mais tensão ao ser associado de forma surpreendente à *Dialética do Esclarecimento*, obra que os alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer escreveram em 1947, durante o exílio nos Estados Unidos. Pois, em vez de compreender a crítica em moldes kantianos, como a análise dos limites do que podemos conhecer, do que podemos esclarecer, ele define os limites de nosso esclarecimento, nos fazendo acreditar que ele pode sempre nos guiar, desde que definidas suas fronteiras.

Outra coisa é falar, como Adorno e Horkheimer, que a modernidade esclarecida organizou estruturas de saber que são, na verdade, formas de poder, que seus discursos organizaram processos sociais que não garantiram a autonomia procurada. Nesse mesmo momento, Foucault começa a procurá-la por meio de um retorno aos gregos e de suas formas de cultivo de si.

É como se, para realizar o que um dia a modernidade nos prometeu, fosse necessário escutar mais uma vez essa promessa, mas para procurá-la navegando outros mares. O que talvez seja a melhor maneira de descrever o que estamos a tentar fazer agora. •

contra o texto dos cursos sobre a genealogia do saber moderno sobre a sexualidade ministrados em São Paulo. Espere-mos também que seja traduzido o curso ministrado na Universidade de São Paulo, em 1965, e publicado ano passado com o título *Arqueologia das Ciências Humanas*.

O Que É a Crítica? é um belo exemplo do tipo de surpresa que Foucault ainda é capaz de produzir. Trata-se de um volume com dois textos: uma conferência com o mesmo título ministrada na Sociedade Francesa de Filosofia, em 1978, e outra proferida, em 1983, na Universidade da Califórnia – Berkeley com o título *A Cultura de Si*.

A primeira conferência muda radicalmente a visão que se tentou disseminar de Foucault como um pensador antimoderno ou para quem a modernidade deveria ser um projeto a ser recusado em sua totalidade.

O que vemos aqui é Foucault filiando-se

a essa “atitude crítica que seria específica da civilização moderna”, e que é descrita, de forma astuta, como “a arte de não ser governado” ou, ao menos, “a arte de não ser governado dessa forma”. O que, em uma formulação lapidar, dará: “A arte da inservidão voluntária, da indocilidade refletida”.

Ou seja, a crítica é indissociável do questionamento das formas estabelecidas de autoridade e de sujeição às normas.

Sua originalidade é fruto de um questionamento sistemático sobre o lugar da filosofia nas sociedades contemporâneas

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Oração ao tempo

► **Calendário apertado, recuperação de atletas, amadurecimento de jovens talentos... O “compositor de destinos” também dita regras no futebol**

"Compositor de destinos”, como canta Caetano Veloso, o tempo é a chave para entender os movimentos dos clubes de futebol neste início de temporada, que terá um calendário ainda mais apertado, devido ao novo formato da Copa do Mundo, com maior número de partidas. Pela primeira vez, o torneio reunirá 48 seleções – ante 32 na edição anterior – e será disputado em três países: Estados Unidos, México e Canadá.

Cada clube resolve à sua maneira como acomodar o elenco ao sair das férias e logo ser exigido em várias competições simultâneas, especialmente com a antecipação do Campeonato Brasileiro, que começa em 28 de janeiro. Para preservar o elenco titular, o Flamengo optou por disputar as primeiras partidas do Campeonato Carioca com a equipe Sub-20 e abriu mão da Copa São Paulo. Na lanterna do estadual, o time está, teoricamente, ameaçado de rebaixamento. Isso me trouxe à lembrança uma conversa animada sobre o tema com Márcio Braga, vitorioso ex-presidente do clube rubro-negro, que minimizou o risco com um deboche: “Time grande não cai”.

No Palmeiras, outro grande do momento, o técnico Abel Ferreira manteve a defesa titular, mas testou jovens talentos no ataque. Essa mescla é uma estratégia inteligente para dar oportunidade a todos.

A Copa São Paulo, por sinal, chega ao fim mostrando a força dos clubes que cuidam melhor de suas bases. O Ibrachina da Mooca surpreendeu com a classificação para as semifinais, derrotando o favorito Palmeiras. Seguindo a tradição, o campeão da Copinha será conhecido no próximo domingo, 25 de janeiro, data em que a capital paulista completa 472 anos.

O tempo também é fundamental para a recuperação de atletas lesionados. Preocupa-me verificar, nos noticiários esportivos, tantos comentaristas falando em “acelerar” esse processo. A propósito, um dirigente santista comentou com muita propriedade que o Santos “trata com paciência e respeito” o tempo de recuperação de Neymar. O astro revelado pelo Peixe fez bem em buscar refúgio no clube que o lançou e poderá, em breve, retribuir.

Fato curioso: alguns clubes europeus permitem que jogadores sul-americanos retornem aos seus países para tratar lesões. O rigoroso inverno europeu parece retardar a recuperação, enquanto o calor teria efeito oposto. Além disso, estar próximo da família provavelmente exerce função terapêutica.

O tempo de amadurecimento dos atletas é igualmente relevante. Há poucos dias, o treinador Fernando Diniz afirmou que Rayan deveria “ficar um pouco mais” no Vasco antes de acertar sua transferência para o futebol europeu. Após receber uma tentadora proposta do Bournemouth, o atacante de 19 anos manifestou o desejo de atuar na Premier League, mas o técnico ponderou que ele ainda pode fazer uma temporada no clube carioca melhor que a de 2025, quando marcou 20 gols. No Brasil, continuará em evidência e poderá valorizar ainda mais seu passe.

É preciso respeitar até mesmo o tempo dos gramados. O tapete do Estádio do

Maracanã, sempre considerado exemplar, sofreu desgaste após abrigar 73 partidas em 2025 e vinha recebendo críticas justas. Passará por rigorosa manutenção, com raspagem e rebrota da grama.

Providencial Mané

A final da Copa Africana de Nações, disputada entre Marrocos e Senegal em Rabat, teve de tudo. Tenho repetido nesta coluna que os marroquinos não param de evoluir no futebol, e hoje sua seleção figura entre as melhores do mundo. Na Copa de 2022, terminaram em quarto lugar. Agora estão na oitava colocação do ranking da Fifa e seguem revelando craques extraordinários, como Achraf Hakimi e Lamine Yamal, embora este último tenha optado por defender a seleção espanhola.

Desta vez, os marroquinos ficaram sem chão. Tinham a vitória nas mãos após a controversa marcação de um pênalti a seu favor no fim do segundo tempo, mas desperdiçaram a cobrança com uma cavadinha ridícula de Brahim Díaz, defendida com facilidade pelo goleiro senegalês, e acabaram derrotados na prorrogação.

Antes disso, houve uma confusão generalizada. Inconformado com a penalidade assinalada pelo árbitro de vídeo, o técnico Pape Bouna Thiaw pediu que os jogadores de Senegal abandonassem o gramado. Alguns chegaram a se dirigir ao vestiário, mas retornaram a pedido do genial atacante Sadio Mané, que deu provas de seu discernimento providencial.

Mais do que o bicampeonato da Copa Africana, a decisão sensata de prosseguir na partida pode ter salvado o Senegal de uma punição ainda mais grave. A seleção corria risco até de ser desclassificada da Copa do Mundo deste ano, na qual deve enfrentar o Brasil na fase de grupos. Mané salvou a equipe. •

redacao@cartacapital.com.br



Além do esperado

CINEMA O AGENTE SECRETO RECEBE QUATRO INDICAÇÕES AO OSCAR, ENTRE ELAS AS DE MELHOR FILME E ATOR

POR MARCELO MIRANDA

O Brasil voltou a celebrar o cinema em clima de Copa do Mundo na manhã da quinta-feira 22, quando *O Agente Secreto*, produção pernambucana dirigida por Kleber Mendonça Filho, recebeu quatro indicações ao Oscar. Após um ano especial para os brasileiros na temporada de premiações de 2025, com *Ainda Estou Aqui*, de Walter Salles, que levou o prêmio de atriz para Fernanda Torres no Globo de Ouro e filme internacional no Oscar, agora é a vez de mais um trabalho do País se destacar na maior premiação de Hollywood.

O Agente Secreto foi indicado a melhor filme, ator (Wagner Moura), direção de elenco e filme internacional. Pela segunda vez um longa-metragem do Brasil tem quatro indicações desde 2004, quando *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles,

disputou direção, roteiro adaptado, montagem e fotografia.

O filme de KMF vem numa campanha bem-sucedida capitaneada pela Neon, distribuidora responsável pela divulgação em território norte-americano. A Neon já emplacou no Oscar produções como *Parasita* (2019) e *Anora* (2024) e tem nessa temporada outros títulos de peso, entre eles *Foi Apenas um Acidente* (França/Irã), *Valor Sentimental* (Noruega) e *Sirát* (Espanha), todos produções de fora dos EUA com várias indicações ao Oscar e concorrentes diretos da obra brasileira.

A indicação de Moura a melhor ator marca a primeira vez do Brasil na categoria. Vindo das vitórias até então também inéditas no Festival de Cannes, em maio de 2025, e no Globo de Ouro, em ja-

Consagração. Moura firma seu nome no cenário internacional. Pela segunda vez, um filme brasileiro estará no páreo em quatro categorias durante a cerimônia

neiro de 2026, o baiano tem fortes chances de ganhar a estatueta, mesmo na disputa com os nomes estelares de Timothée Chalamet, por *Marty Supreme*, Leonardo DiCaprio, de *Uma Batalha Após a Outra*, Ethan Hawke, com *Blue Moon*, e Michael B. Jordan, em *Pecadores*.

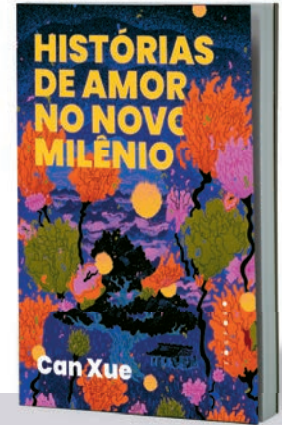
Além de *O Agente Secreto*, há uma quinta indicação brasileira no Oscar: Adolpho Veloso, um dos favoritos na categoria de melhor fotografia, pelo norte-americano *Sonhos de Trem*, de Clint Bentley. Em saldo geral, o recordista em número de indicações no Oscar agora é *Pecadores*, de Ryan Coogler, que emplacou 16 categorias na edição deste ano, a maior quantidade em quase um século de premiação.

A entrega do Oscar será em 15 de março, um mês depois do Carnaval. Certamente o Brasil voltará a fazer folia na torcida por seus filmes. •

A vida como a arte do encontro

LIVRO CAN XUE, CHINESA HÁ ALGUNS ANOS COTADA PARA O NOBEL, CRIA PERSONAGENS MOVIDOS PELA LIBERDADE DE AGIR E PENSAR

POR MARIA FERNANDA VOMERO



*HISTÓRIAS DE AMOR
NO NOVO MILÊNIO*

Can Xue. Tradução: Verena
Veludo Papacidero. Fósforo
(400 págs., 104,90 reais)



Imaginarário milenar. Nascida em 1953, a escritora cursou apenas o ensino fundamental

Quando Niu Cuilan, uma das personagens de *Histórias de Amor no Novo Milênio*, volta à aldeia da infância para visitar seus primos, não reconhece mais o entorno: a vila, as árvores e até mesmo as duas colinas que ficavam à beira da estrada tinham desaparecido. Até a voz da prima se alterara e soa como uma cigarra. Tudo ainda era o mesmo, pensa Cuilan, mas alguma coisa havia mudado.

Essa parece ser a tônica do intrigante romance de Can Xue, pseudônimo da chinesa Deng Xiaohua, já há alguns anos cotada para receber o Nobel de Literatura. As personagens estão atadas a uma realidade opaca e sufocante, com poucas perspectivas de transformação. No entanto,

todas parecem transitar pelo avesso dessa realidade, como se tivessem encontrado as fissuras por onde o ordinário se combina com o onírico e o inusitado.

Seja em deambulações noturnas ou em deslocamentos pelo campo, seja na vivência ativa da sexualidade ou até mesmo no aprisionamento voluntário, as mulheres e os homens criados pela autora se lançam na busca por uma genuína liberdade de agir, sentir e pensar.

O amor surge, então, como o meio de experimentar a ruptura com o corriqueiro, reverberando uma mudança que é menos material e muito mais de ordem íntima e individual, ainda que sempre dialógica. O outro é figura essencial na descoberta de

novos horizontes. Apesar de tantos desencontros, a vida é realmente a arte do encontro, constata cada personagem a seu modo.

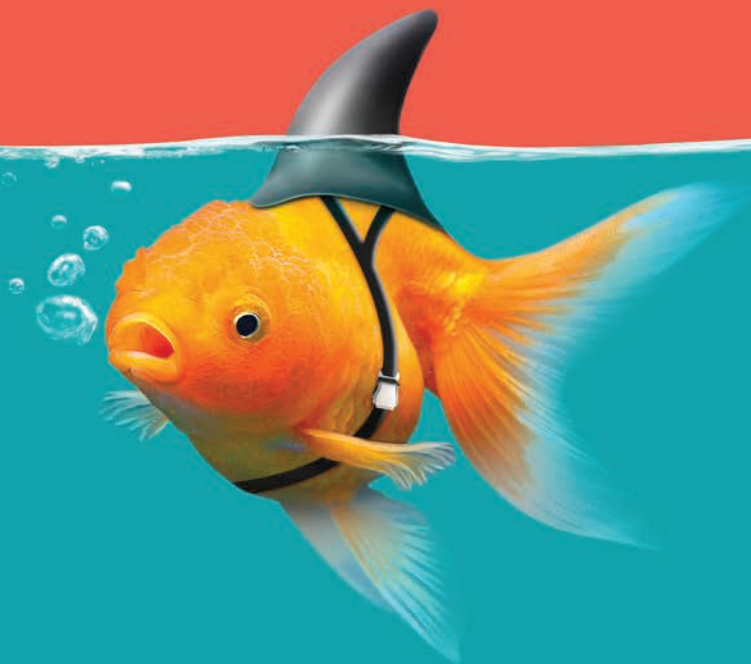
Não há psicologismos na elaboração narrativa de Can Xue. Sua prosa, em tradução direta do chinês por Verena Veludo Papacidero, é límpida e simples – parecendo, às vezes, até ingênua. Em entrevista, a autora chinesa compara sua escrita à performance, um ato que convoca os leitores a “dançar” com ela. De fato, no decorrer da leitura, a fruição prevalece, acima de qualquer explicação lógica ou desfecho revelador.

Nascida em 1953, a escritora cursou apenas o ensino fundamental. Na época da Revolução Cultural, seu pai – acusado de ser contrarrevolucionário – foi preso e sua mãe e dois de seus irmãos, mandados para um campo de reeducação.

Can Xue começou a escrever profissionalmente em meados dos anos 1980, e sua literatura peculiar entrelaça o imaginário milenar chinês a um estilo que ecoa Franz Kafka e Jorge Luis Borges (sobre os quais já escreveu, aliás). Tem uma obra profícua. *Histórias de Amor no Novo Milênio*, publicado originalmente em 2013, é seu primeiro e único romance lançado no Brasil. •



As vezes você tem a sensação de que o mundo da tecnologia é ameaçador?



A gente tem um toque para você.

Todo dia o mundo muda. São novas tecnologias, serviços, produtos e palavras que passam a sensação de que estamos ficando para trás. Saber as novidades, usos e oportunidades de transformar tudo isso em bem-estar é o caminho para não se sentir assim. **ToqueTec** é a nova plataforma que trata tecnologia do ponto de vista dos benefícios para você. Sempre de maneira clara e simples, contando o que existe e o que ainda está surgindo.

Acesse **ToqueTec.com.br**. Tudo sobre tecnologia para o dia a dia em um só lugar.



ines249

Crédito pra fazer acontecer em 2026



Pra tudo
que você
imaginar

O BB tem as
vantagens que
você precisa:



1ª parcela em
até 180 dias



Pula Parcela



Cashback

Direto no ↓ App

Central de Relacionamento BB
4004 0001 / 0800 729 0001

SAC
0800 729 0722

Ouvidoria BB
0800 729 5678

Pessoa com Deficiência Auditiva ou de Fala
0800 729 0088

WhatsApp
0800 729 0088